



IPG Politécnico
|da|Guarda
Polytechnic
of Guarda

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Licenciatura em Gestão

Jéssica Gonçalves Costa

dezembro | 2019





Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Instituto Politécnico da Guarda

RELATÓRIO DE ESTÁGIO



Câmara Municipal de Chaves

JÉSSICA GONÇALVES COSTA

RELATÓRIO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIADO

EM GESTÃO

Dezembro/2019

“Recomeça... se puderes, sem angústia e sem pressa e os passos que deres, nesse caminho duro do futuro, dá-os em liberdade, enquanto não alcances não descanses, de nenhum fruto queiras só metade.”

(Torga)

Ficha de Identificação

Nome da aluna: Jéssica Gonçalves Costa

Número de aluno: 1012551

Curso: Gestão

Instituição: Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda

Professor Orientador de Estágio: Professor Vítor Gabriel

Instituição Promotora do Estágio: Câmara Municipal de Chaves

Morada: Praça de Camões, 5400-150 Chaves

Contacto: (+351) 276 340 500

E-mail: municipio@chaves.pt

Orientadora do Estágio na Instituição: Doutora Márcia Santos

Período de Estágio: 03 de junho a 16 de agosto de 2019

Duração do Estágio: 400 horas

Plano de Estágio Curricular

O plano de Estágio Curricular foi sugerido pela Supervisora, Doutora Márcia Santos, Chefe de Divisão de Gestão Financeira, na Câmara Municipal de Chaves, que propôs o seguinte plano de estágio:

- Familiarização com o Sistema Contabilístico aplicável às Autarquias Locais – POCAL e SNC-AP;
- Abordagem e análise dos principais diplomas legais correlacionadas com a atividade municipal (Lei/2013, de 3 de setembro; LCPA E D.L. 127/2012; POCAL; SNC-AP);
- Simulação do Cálculo Fundos Disponíveis mensais;
- Aprendizagem e cálculo Prazo Médio de Pagamentos;
- Abordagem e análise dos documentos da Contabilidade Orçamental (orçamento, PPI, execução orçamental da despesa e da receita, fluxos de caixa);
- Análise dos documentos associados à Contabilidade Patrimonial (Balanço e D.R.);
- Cálculo do endividamento municipal;
- Modificações ao orçamento - análise das regras e metodologia;
- Abordagem ao Sistema de Inventário Municipal e registo de Imobilizado;
- Balanço à tesouraria – Simulação;
- Avaliação/análise à Norma de Controlo Interno em vigor no Município.

Resumo

O estágio curricular foi realizado no âmbito do programa curricular da Licenciatura de Gestão, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico da Guarda, e resultou do acordo entre este e a instituição de acolhimento, a Câmara Municipal de Chaves.

O Estágio Curricular é uma oportunidade de entrar em contacto com o mercado de trabalho, com o intuito de aplicar e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares ao longo do curso.

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas no decorrer das 400 horas de Estágio Curricular, na Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial, no período de 03 de junho a 16 de agosto de 2019.

Este relatório encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro alude e contextualiza o meio envolvente da instituição, o segundo incide sobre a apresentação da entidade acolhedora e o último capítulo descreve as atividades realizadas ao longo do estágio curricular. Para finalizar o relatório, serão apresentadas as principais conclusões.

Palavras-chave: Gestão; Gestão Financeira; Património; Contabilidade Pública;

JEL-Classification: **M0** – *General*

M1 – *Business Administration*

Agradecimentos

Agradeço ao Instituto Politécnico da Guarda, em particular à Escola Superior de Tecnologia e Gestão, por me ter acolhido da melhor forma ao longo do meu percurso académico, não esquecendo de todos os docentes da ESTG pelo apoio prestado e por me terem transmitido conhecimentos ao longo de todo o curso.

Ao meu Orientador de Estágio, professor Vítor Gabriel, pela disponibilidade e apoio contínuo durante o estágio e na realização do relatório.

Agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, por ter permitido que o meu estágio curricular fosse possível e por ter sido acolhida da melhor maneira possível.

À minha Supervisora, Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial, Dr.^a Márcia Santos, agradeço pela disponibilidade e paciência, por todas as oportunidades e pelos conhecimentos que me transmitiu.

Um especial obrigado, à Dr.^a Ester, Dr.^a Carla e à Dr.^a Marta, pelo acompanhamento, paciência e pela ajuda prestada durante o estágio, assim como a todos os colaboradores do Município, pela simpatia e boa disposição.

Quero agradecer também a todos os meus amigos, pela amizade, pelos conselhos, ajudas, e pelo apoio que sempre me prestaram ao longo deste percurso académico.

Por último, mas não menos importante, aos meus pais e irmão, por todos os valores que me transmitiram, pelo apoio e dedicação para que nada me faltasse durante estes três anos. E à minha família, pela presença, pelo amor e por todo o apoio dado de todas as formas possíveis.

Um grande OBRIGADA a todos!

Índice

Ficha de Identificação.....	iii
Plano de Estágio Curricular.....	iv
Resumo.....	v
Agradecimentos.....	vi
Índice.....	vii
Índice de Ilustrações.....	ix
Índice de Gráficos.....	x
Lista de Siglas.....	xi
Introdução.....	1
Capítulo I – Concelho de Chaves.....	2
1.1 – Nota Introdutória.....	3
1.2 – Concelho de Chaves.....	3
1.3 – História do Concelho.....	4
1.3 – Análise Económica do Concelho de Chaves.....	7
1.3.1 – Atividade empresarial na Região Flaviense.....	7
Capítulo II – Apresentação da Entidade Acolhedora.....	9
2.1 – Nota Introdutória.....	10
2.2 – Câmara Municipal de Chaves.....	10
2.2.1 – Localização, Identificação, Contactos e Horários.....	11
2.2.2 – Visão.....	11
2.2.3 – Missão.....	12
2.2.4 – Valores.....	12

2.2.5 – Fatores Críticos de Sucesso.....	13
2.2.6 – Política de Qualidade	14
2.2.7 – Estrutura Organizacional da Autarquia.....	15
2.2.8 – Balanço Social.....	18
Capítulo III – Atividades Desenvolvidas Durante o Estágio.....	20
3.1 – Nota Introdutória.....	21
3.2 – Sistema Contabilístico Aplicável às Autarquias Locais	21
3.2.1 – POCAL vs SNC-AP	22
3.3 – Apuramento Mensal dos Fundos Disponíveis	22
3.4 – Cálculo do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMP).....	24
3.5 – Contabilidade Orçamental	27
3.5.1 - Orçamento.....	27
3.5.2 – Plano Plurianual de Investimento.....	27
3.6 – Cálculo da Dívida Total.....	28
3.7 – Modificações Orçamentais	30
3.8 – Imobilizado	34
3.8.1 – Abate	38
3.9 – Balanço à Tesouraria.....	38
3.10 – Análise da Candidatura de Investimento	39
Conclusão	41
Referências	42
ANEXOS	44
Anexo 1 – Sistema utilizado - POCAL e Património	45

Anexo 2 – Balancete para cálculo do PMP.....	46
Anexo 3 – Relatório da Modificação do Orçamento da Despesa	57
Anexo 4 – CIBE.....	58
Anexo 5 – Informação do Balanço à Tesouraria e respetivos quadro em anexo.....	60
Anexo 6 – Auto de Abate.....	63
Anexo 7 – Formulário de Candidatura	64
Anexo 8 – Critérios de Seleção.....	69

Índice de Ilustrações

Figura 1 - Mapa de Freguesias do Concelho de Chaves	3
Figura 2 - Fortes São Francisco e São Neutel, Torre de Menagem, Ponte do Trajano e Museu da Região Flaviense.....	4
Figura 3 - Pastel de Chaves, Enchidos e Folar de Chaves.....	4
Figura 4 - Termas Romanas de Chaves	5
Figura 5 - Festa dos Povos, Chaves.....	5
Figura 6 - Antiga Vila de Chaves	6
Figura 7 - Termas e SPA de Chaves.....	7
Figura 8 - Constituição das Autarquias Locais.....	10
Figura 9 - Localização da Câmara Municipal de Chaves.....	11
Figura 10 - Fatores Críticos de Sucesso da CMC.....	13
Figura 11 - Organograma da Câmara Municipal de Chaves	15
Figura 12 - Quadro dos Fundos Disponíveis, referente ao mês de junho.....	23
Figura 13 - Comparação do cálculo do PMP da DGAL com o Município	26
Figura 14 - Mapa do Excel para o cálculo do PMP.....	26
Figura 15 - Limite da Dívida Total para 2019.....	28
Figura 16 - Excel do Cálculo da dívida Total.....	29

Figura 17 - Quadro de auxílio do Excel das MOD.....	31
Figura 18 - Menu das Modificações do Orçamento	32
Figura 19 - Modificação PPI	32
Figura 20 - Anulação da Ação 2003-I-17	33
Figura 21 - Aprovação da Modificação.....	34
Figura 22 - Registo de fatura	35
Figura 23 - Inventariação de Bens.....	36
Figura 24 - Classificação contabilística do bem.....	37
Figura 25 - Taxa de Amortização.....	37

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - População empregada por setor de atividade económica.....	8
Gráfico 2 - População empregada por sexo e por setor de atividade, referente ao ano de 2011	8
Gráfico 3 - Número de trabalhadores segundo o escalão etário, referente a 2017	18
Gráfico 4 - Número de trabalhadores segundo o nível e escolaridade, referente a 2017.	19

Lista de Siglas

CIBE - Cadastro de Bens do Estado e Inventário

CMC - Câmara Municipal de Chaves

DCG - Departamento de Coordenação Geral

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

DGF – Divisão da Gestão Financeira

DGO – Direção Geral do Orçamento

ESTG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão

GAP - Gabinete de Apoio ao Presidente

IPG – Instituto Politécnico da Guarda

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PPI – Plano Plurianual de Investimento

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilístico – Administração Pública

TIR – Taxa Interna de Rentabilidade

VAL - Valor Atual Líquido

Introdução

Com o terminar do Estágio Curricular, torna-se necessário elaborar o presente relatório, para finalizar o curso de Licenciatura em Gestão.

Para a realização deste estágio, a Instituição escolhida foi a Câmara Municipal de Chaves (CMC), por se mostrar de imediato interessada em me aceitar para estágio e por proporcionar à estagiária uma outra expectativa, por ser uma entidade diferenciada das empresas no que diz respeito ao sistema de Contabilidade.

O presente relatório tem como objetivo descrever as tarefas realizadas durante o período de estágio, desenvolvendo assim, de forma significativa as competências adquiridas ao longo do curso e de certa forma consolidar conhecimentos.

Este relatório encontra-se repartido em três capítulos. O primeiro capítulo, aborda o meio envolvente da instituição, bem como a sua história e costumes, e a análise da atividade empresarial da região. O segundo capítulo, apresenta a entidade acolhedora de estágio, descrevendo a sua estrutura, visão, missão, valores, entre outros. O terceiro e último capítulo, expõe as atividades realizadas durante o estágio curricular, no Departamento de Gestão Financeira.

Por último, é apresentada uma conclusão, onde são feitas algumas considerações finais relativas à realização do estágio.



Capítulo I – Concelho de Chaves



Figura 2 - Fortes São Francisco e São Neutel, Torre de Menagem, Ponte do Trajano e Museu da Região Flaviense.

Fonte: www.guiadacidade.pt

Considerada uma cidade monumental e termal, tem vários pontos de passagem obrigatórios, dos quais se destacam os Fortes de São Francisco e de São Neutel, a Torre de Menagem do Castelo Medieval, a Ponte Romana de Trajano, o Museu da Região Flaviense situado no antigo Paço dos Duques

de Bragança, o qual expõe uma variedade de achados arqueológicos, e as igrejas com características dos períodos românico e barroco.

Outro ponto obrigatório para uma visita é o das Termas de Chaves, descobertas e reconhecidas pelos Romanos. As suas águas são conhecidas pelas suas propriedades terapêuticas. São das mais conceituadas estâncias termais de Portugal, possuindo uma das mais quentes águas termais da Europa.

A Cidade Flaviense destaca-se ainda pelas suas ruas estreitas, tipicamente medievais, onde as varandas se impõem como imagem de marca.

De salientar, que esta é uma região famosa pela sua gastronomia, desde o famoso presunto e os restantes enchidos, até ao folar (típico da época da Páscoa) e o mais famoso Pastel de Chaves.



Figura 3 - Pastel de Chaves, Enchidos e Folar de Chaves

Fonte: sinal.tv

1.3 – História do Concelho

São numerosos os vestígios presentes, heranças deixadas por grandes civilizações e culturas pré-históricas, como a romana, a visigótica, ou mesmo a muçulmana.

Destas civilizações, a que mais se destacou nesta terra de Trás-os-Montes foi sem dúvida a Romana, liderada pelo imperador de Roma, Flávio Vespasiano, no ano de 78, o que elevou o local a município, o qual deu o nome de *Aquae Flaviae*, devido às propriedades das águas termais. Os romanos instalaram-se onde hoje é a cidade e construíram pequenas fortificações pela periferia, aproveitando alguns dos castros existentes. Para sua defesa foram edificadas muralhas, que envolvem o aglomerado populacional, e construíram a Ponte de Trajano, a famosa Ponte Romana, sobre o rio Tâmega. Tiraram proveito das águas quentes mineromedicinais, implantando balneários termais e exploraram minas de ouro.



Figura 5 - Festa dos Povos, Chaves



Figura 4 - Termas Romanas de Chaves

Fonte: www.guiadacidade.pt

Já integrada no reino Visigodo, *Aquae Flaviae* foi ocupada pelos muçulmanos no início do século VIII, que venceram o monarca visigodo Rodrigo e ocuparam a região.

No século IX, a cidade foi ocupada pelos mouros, sendo que perderam a sua posse por duas vezes, a primeira no ano 774 por D. Afonso I e a segunda por D. Afonso III no ano 888.

No ano de 1160 foi conquistada aos mouros pelos irmãos Rui e Garcia Lopes que ofereceram a sua vitória a D. Afonso Henriques, o qual lhes deu o direito de usar o apelido de Chaves.

Em 15 de maio de 1258, elevou-se a povoação de Chaves à categoria de vila.

No final da idade média, Chaves era uma vila importante. Talvez a mais poderosa de Trás-os-Montes, fazendo parte das rotas do Caminho de Santiago.

Em 1658, iniciou-se a construção do Forte de S. Francisco, para a defesa de Chaves durante a guerra da Restauração.

Chaves foi a primeira cidade a ser atacada pelas tropas francesas. As tropas deixaram em Chaves uma guarnição que foi vencida pelo general Silveira em 1809.

Em 8 de julho de 1912, travou-se o combate entre as forças monárquicas de Paiva Couceiro e as do governo republicano chefiadas pelo coronel Ribeiro de Carvalho, do qual resultou o fim da 1ª incursão monárquica.

Chaves é elevada à categoria de cidade em 12 de março de 1929, por decreto do presidente da república Marechal Carmona. (História do Concelho, 2017)

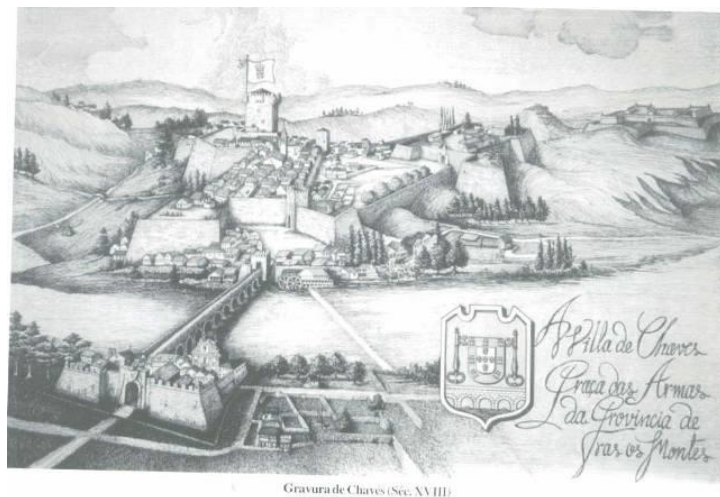


Figura 6 - Antiga Vila de Chaves
Fonte: www.chavesantiga.blogspot.com

1.3 – Análise Económica do Concelho de Chaves

O turismo, a intensa atividade comercial e, em alguns domínios, industrial revelam o dinamismo económico deste Concelho.

O turismo é umas das atividades económicas mais importantes no concelho, devido à grande atração das Termas de Chaves (Figura 7).

Outra atividade a considerar é, a criação de gado suíno, que é a base dos famosos presunto e enchidos de Chaves. A atividade industrial e artesanal está muito associada às cerâmicas e ao fabrico de mantas, cobertos e cestos.



Figura 7 - Termas e SPA de Chaves

Fonte: www.guiadacidade.pt

1.3.1 – Atividade empresarial na Região Flaviense

Chaves possui um leque variado de empresas com sede na região, ligadas à construção, ao comércio e à restauração, onde o sector terciário, se impõe, com um maior número de trabalhadores, seguindo-se o sector secundário e por último o primário. Relativamente à repartição por sexos nestes mesmos sectores, o primário e o secundário detêm mais pessoas do sexo masculino, enquanto que o terciário emprega mais pessoas do sexo feminino. Nos gráficos que se seguem (gráfico 1e 2) podemos verificar a população empregada na região flaviense nos diferentes setores. (PORDATA, 2011)

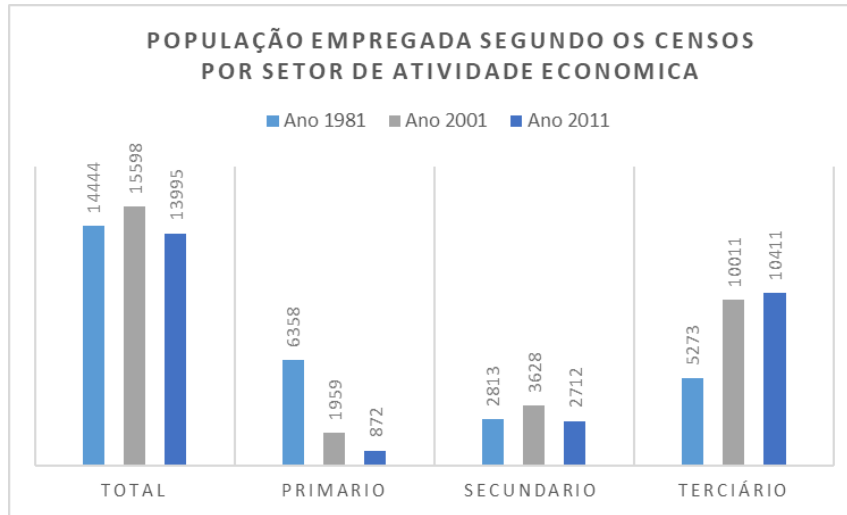


Gráfico 1 - População empregada por setor de atividade económica

Fonte: Elaboração própria

Em relação à população empregada por setor de atividade económica na Região Flaviense, verifica-se que é o setor terciário que detém maior número de população empregada, com um total de 10.411 trabalhadores (homens e mulheres), seguindo-se o setor secundário com 2.712 trabalhadores, e por último o setor primário, com um total de população empregada de 872 trabalhadores. Deste modo, podemos afirmar que os três setores empregam no concelho cerca de 14 mil trabalhadores (Gráfico 1).

Quanto à sua repartição por sexo, nos setores primário e secundário o sexo masculino é o que possui o maior número de trabalhadores, já no setor terciário quem prevalece com maior número de trabalhadores é o sexo feminino (Gráfico 2).

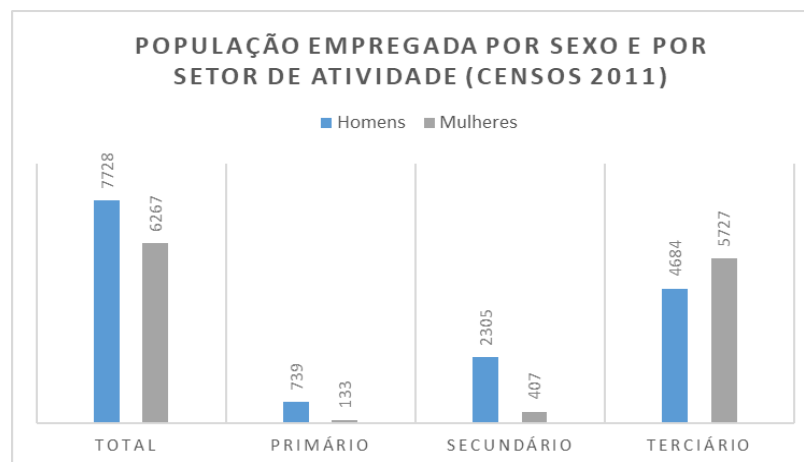


Gráfico 2 - População empregada por sexo e por setor de atividade, referente ao ano de 2011

Fonte: Elaboração própria



Capítulo II – Apresentação da Entidade Acolhedora

2.1 – Nota Introdutória

Neste capítulo pretende-se apresentar e caracterizar, de uma forma simplificada, a entidade acolhedora do estágio.

Inicia-se com uma apresentação geral do Município, que inclui a sua visão, missão, valores e princípios, seguindo-se a estrutura física e organizacional do Município.

2.2 – Câmara Municipal de Chaves

De acordo com o Portal Autárquico e com os artigos da Constituição da República Portuguesa, as Autarquias Locais são “*peças coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos e que visam a prossecução de interesses próprios das populações*”, (artigo 235.º).

As autarquias locais são constituídas, por freguesias, municípios e as regiões administrativas (Figura 8)



Figura 8 - Constituição das Autarquias Locais

Fonte: Elaboração própria

Os Municípios são autarquias locais que visam os interesses próprios da população residente na área do Concelho, mediante órgãos representativos por ela eleitos. “*Os órgãos representativos do município são a assembleia municipal (órgão deliberativo) e a câmara municipal (órgão executivo).*”

2.2.1 – Localização, Identificação, Contactos e Horários

A Câmara Municipal de Chaves localiza-se na Praça de Camões, na cidade de Chaves, tem como horário de funcionamento contínuo, das 9:00h até às 16:00h, encontrando-se encerrada aos fins de semana. No entanto, é possível contactar através do seu correio eletrónico municipio@chaves.pt ou por contacto telefónico +351 276 340 500. Apresenta como Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) – 501 205 551. (CMChaves, 2019)



Figura 9 - Localização da Câmara Municipal de Chaves

Fonte: www.guiadacidade.pt

2.2.2 – Visão

A Visão de uma entidade traduz, de forma abrangente, um conjunto de intenções e de aspirações para o futuro, servindo de inspiração a todos os membros da organização. Deve responder a perguntas como: “Qual o objetivo?”; “Onde a empresa quer chegar?” (Tomé, 2019).

A Câmara Municipal de Chaves tem como visão, “*uma estratégia de crescimento orientada para uma administração aberta que valoriza e salvaguarda o serviço público e*

os cidadãos, numa autarquia dialogante, transparente e informativa, organizada de acordo com parâmetros de qualidade que assegurem a credibilidade e eficácia dos serviços que presta.” (CMChaves, s.d.).

2.2.3 – Missão

De acordo, com Peter Drucker, uma entidade não é definida pelo seu nome ou estatuto. É definida pela sua Missão. Apenas uma definição clara da missão da organização proporciona objetivos claros e realísticos. Ou seja, a Missão serve para orientar a tomada de decisões, definir objetivos e auxiliar na escolha das decisões estratégicas (Tomé, 2019).

No que diz respeito à missão, a CMC procura: *“promover a articulação dos diferentes serviços Municipais de forma a garantir a execução estratégica municipal, e promover a prestação de serviços de qualidade aos seus clientes internos e externos oferecendo serviços que permitam aumentar a satisfação bem como qualidade de vida dos seus intervenientes, Municípes, colaboradores, empresas e parceiros envolvidos nas estratégias de desenvolvimento” (CMChaves, s.d.).*

2.2.4 – Valores

Os Valores são constituídos pelos princípios e regras morais a que devem ser submetidas as decisões e ações na empresa. (Oliveira, 2016)

Os valores defendidos pela Câmara Municipal de Chaves são:

- A Solidez Organizacional;
- A Competência dos Colaboradores na Prestação do Serviço;
- O cumprimento dos requisitos do Município;
- A Cooperação, o Trabalho de Equipa e o Bom Relacionamento entre os colaboradores;

- A Prontidão e a Flexibilidade na resposta às solicitações do Município e na resolução de problemas;
- O Orgulho por pertencer à Organização;
- A preocupação social de assegurar postos de trabalho, de entender e ajudar sempre que possível a resolver os problemas dos Colaboradores (CMChaves, s.d.).

2.2.5 – Fatores Críticos de Sucesso

Zani (1970) argumentou que os Fatores Críticos de Sucesso podem ajudar a identificar os elementos mais importantes do sucesso de uma empresa e, assim, definir prioridades para o seu desenvolvimento (Monteiro, 2012).

A CMC reconheceu os seguintes fatores críticos de sucesso:

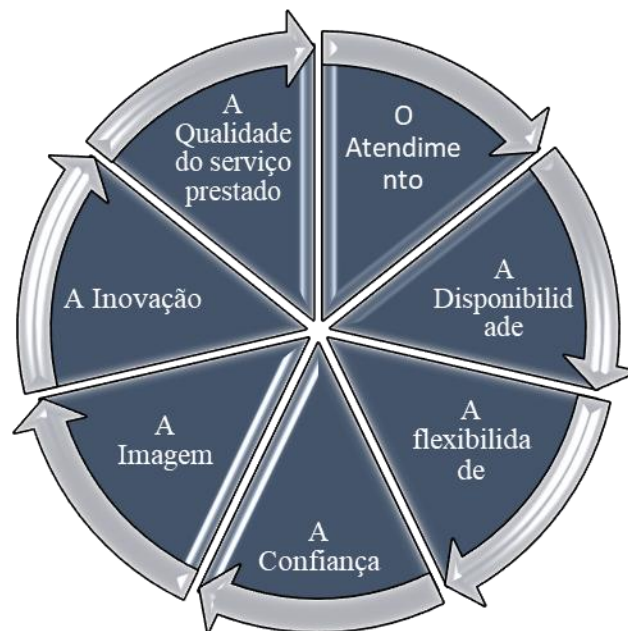


Figura 10 - Fatores Críticos de Sucesso da CMC

Fonte: Elaboração própria

2.2.6 – Política de Qualidade

O Município de Chaves compromete-se a rever periodicamente a sua Política de Qualidade, cumprindo os requisitos da ISO 9001:2000, analisando e atualizando os objetivos, metas e indicadores, de modo a garantir a sua eficácia na contribuição para o processo de melhoria contínua.

Sendo assim, a Política de Qualidade do Município visa satisfazer as necessidades dos munícipes e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos, através da concretização das seguintes linhas de orientação dos serviços para o município:

- Satisfação contínua do munícipe indo ao encontro das suas necessidades e expectativas, prestando o serviço de forma eficaz;
- Motivação do pessoal interveniente na realização do serviço, num clima de constante desenvolvimento de competências e inovação;
- Prestação do serviço, através de uma eficiente utilização dos recursos disponibilizados, tendo como princípios orientadores a rapidez do serviço, a cortesia do serviço prestado, a competência no serviço prestado, a modernização das infraestruturas e a ética;
- Promover o envolvimento dos fornecedores internos de modo a que estes se sintam corresponsáveis na prestação do serviço;
- Promover a melhoria dos processos que suportam a prestação do serviço, onde todos os intervenientes definem o nível de serviço desejável e realizam a respetiva avaliação e conseqüentes ações de seguimento, de modo a garantir a permanente satisfação dos munícipes, pessoal, gestão de topo, fornecedores e a tutela (CMChaves, s.d.)

2.2.7 – Estrutura Organizacional da Autarquia

A Estrutura Organizacional é a forma como a organização está dividida e hierarquizada, ou seja, como está organizada, de modo a cumprir os seus objetivos.

Pode ser representada por um gráfico denominado de Organograma, o qual mostra como os elementos da organização estão dispostos em níveis hierárquicos.

A Câmara de Chaves encontra-se estruturada de forma organizada e hierarquizada, constituída por unidades orgânicas nucleares, flexíveis e por subunidades orgânicas.

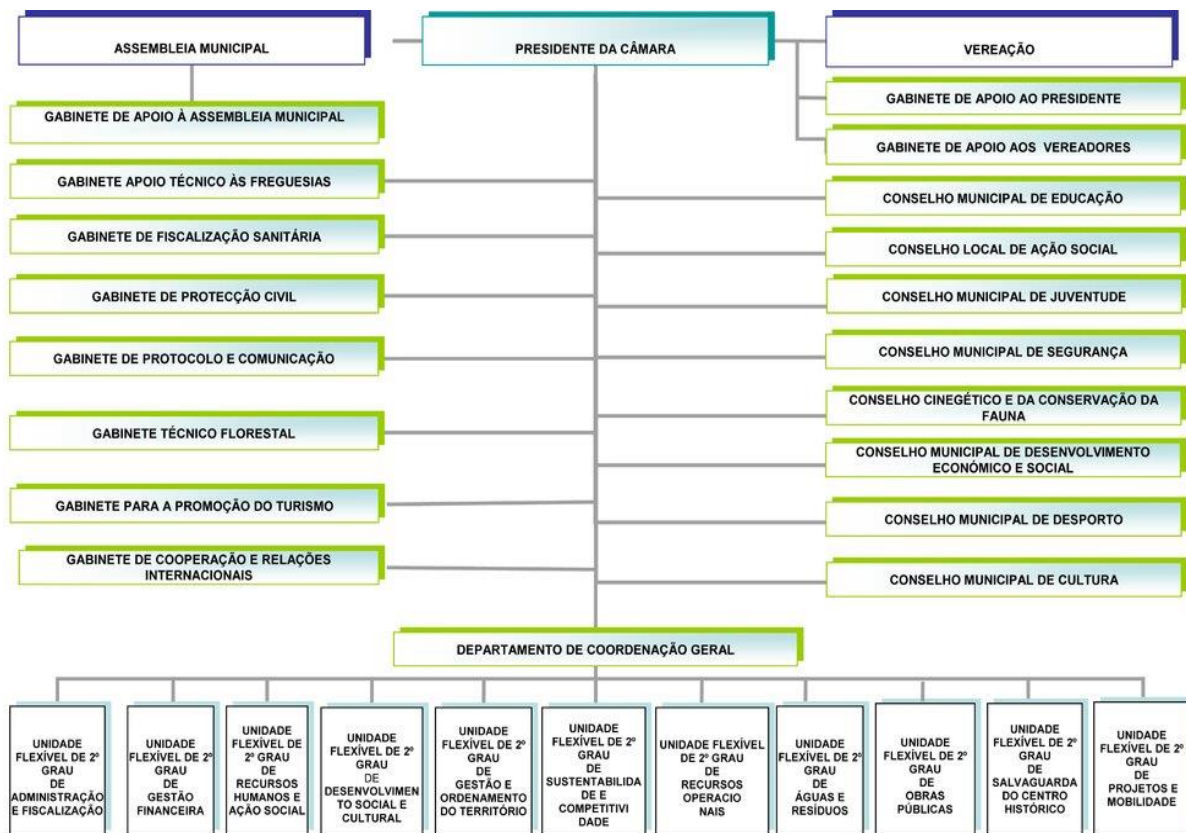


Figura 11 - Organograma da Câmara Municipal de Chaves

Fonte: www.cmchaves.pt

De acordo com o organograma (Figura 11) apresentado, pode verificar-se que o Presidente, que é atualmente o Dr. Nuno Vaz Ribeiro, surge no topo assessorado pela Vereação, - onde figura o Gabinete de Apoio ao Presidente (GAP) e o Gabinete de Apoio aos Vereadores, - e a Assembleia Municipal.

A estrutura nuclear da CMC é constituída por uma unidade orgânica nuclear, correspondente ao Departamento de Coordenação Geral (DCG). (Artigo 1º, 2017)

O DCG tem como finalidade apoiar as atividades desenvolvidas pelos órgãos autárquicos e restantes serviços municipais. Encontra-se dividido em Unidades Orgânicas Flexíveis de 2º grau, como:

- Divisão Administração e Fiscalização;
- Divisão Gestão Financeira;
- Divisão Recursos Humanos e Ação Social;
- Divisão Desenvolvimento Social e Cultural;
- Divisão Gestão e Ordenamento do Território;
- Divisão Sustentabilidade e Competitividade;
- Divisão de Recursos Operacionais;
- Divisão das Águas e Resíduos;
- Divisão Obras Públicas;
- Divisão Salvaguarda do Centro Histórico;
- Divisão de Projetos e Mobilidade.

A Divisão que integrei foi a Secção de Gestão Económica, Financeira e Patrimonial, que de acordo com a estrutura orgânica da Câmara Municipal de Chaves faz parte da

Unidade Orgânica Flexível de 2º Grau – Divisão de Gestão Financeira, chefiada pela minha supervisora Márcia Santos. Compreende seis subunidades, nomeadamente:

- Secção de Gestão Económica, Financeira e Patrimonial;
- Secção de Aprovisionamento;
- Secção de Tesouraria;
- Setor de Acompanhamento Financeiro das Candidaturas a Financiamentos Externos;
- Setor de Contratação;
- Setor Empresarial Municipal.

Compete à Unidade Orgânica Flexível de 2º Grau de Gestão Financeira, assegurar o funcionamento do sistema de contabilidade respeitando as considerações técnicas, os princípios e regras contabilísticos.

De acordo com o Artigo 16º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, compete ainda à DGF organizar os documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados, bem como os mapas de execução orçamental, os anexos às demonstrações financeiras e o relatório de gestão; assegurar o pagamento de todas as despesas e a cobrança e recebimento de todas as receitas; elaborar o plano anual de compras e de aprovisionamento e economato, em concordância com as atividades comprometidas nas opções do plano e as necessidades dos diversos serviços; promover a organização e manutenção atualizada do inventário de existências em armazém para um controlo contínuo de todas as suas entradas e saídas; colaborar na análise de estudos de viabilidade e avaliação de projetos e investimentos. (Artigo 16º, 2017)

2.2.8 – Balanço Social

No cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, o Balanço Social fornece um conjunto de informações sobre a situação social da organização e dos recursos humanos. Trata-se, então, de um instrumento de Gestão muito importante, o qual implica adequar à realidade de cada organismo sem perder de vista a uniformização e normalização necessária. (CMChaves, 2017)

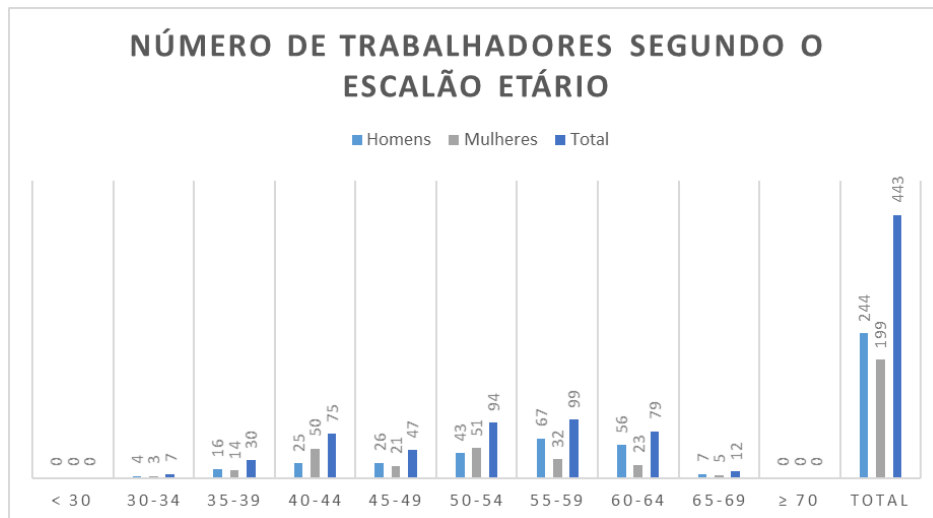


Gráfico 3 - Número de trabalhadores segundo o escalão etário, referente a 2017

Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 3 mostra a distribuição dos trabalhadores por escalão etário, referente a 2017. Podemos concluir que o escalão de 55 a 59 anos é onde se insere o maior número de funcionários, com o total de 99 trabalhadores, na maioria homens, seguindo-se o de 50 a 54 anos e o de 40 a 44 anos, com 94 e 75 trabalhadores, respetivamente, sendo que nestes dois últimos a maioria são mulheres. Não se regista trabalhadores com menos de 30 anos e com mais de 70 anos.

No final de 2017, a Câmara Municipal de Chaves dispunha um total de 443 trabalhadores, onde 244 trabalhadores são homens e 199 são mulheres. Deste modo, podemos afirmar que a CMC emprega mais homens com idades compreendidas entre os 45 a 64 anos, mas as mulheres é que predominam os níveis de escolaridade mais alta (Gráfico 4).

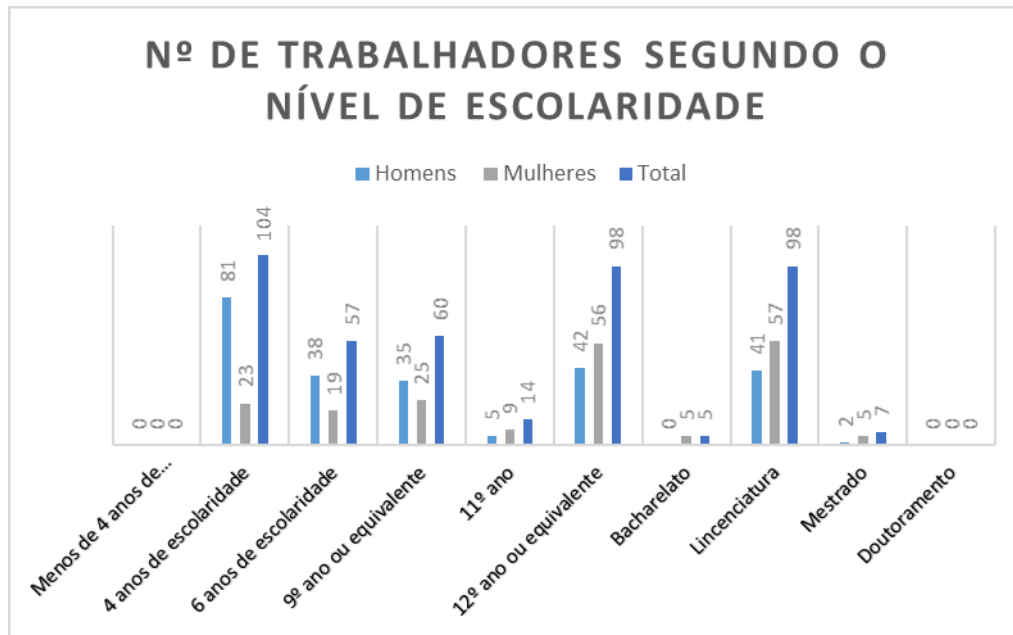


Gráfico 4 - Número de trabalhadores segundo o nível e escolaridade, referente a 2017.

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao Nível de Escolaridade da CMC podemos verificar que, os 4 anos de escolaridade tem o maior número de trabalhadores (104 trabalhadores), sendo que a maioria são homens (81 trabalhadores/homens). O mesmo não se pode dizer em relação ao grupo com o 12º ano ou equivalente e a Licenciatura, que apresentam um total de 98 trabalhadores, os quais são compostos na maioria por mulheres, seguindo-se o grupo com o 9º ano de escolaridade. Apenas sete trabalhadores apresentam o nível de escolaridade mais alto, o mestrado.



Capítulo III – Atividades Desenvolvidas Durante o Estágio

3.1 – Nota Introdutória

Ao longo deste capítulo serão descritas as atividades realizadas durante as 400 horas de estágio. As atividades centraram-se na Divisão de Gestão de Financeira, onde a estagiária teve o acompanhamento diário das técnicas da secção de Contabilidade, incluindo também a orientação e instrução da supervisora.

Durante o período de estágio, foram desenvolvidas diversas atividades, recorrendo ao auxílio do programa informático, *Medidata – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.*, utilizado pela Câmara.

3.2 – Sistema Contabilístico Aplicável às Autarquias Locais

A Contabilidade nas instituições públicas difere um pouco da contabilidade realizada nas instituições privadas. Nas Autarquias Locais o sistema contabilístico aplicável é o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 54^a/99, de 22 de fevereiro, o POCAL passou obrigatoriamente a aplicar-se a todas as Autarquias Locais e entidades equiparadas, visando a integração da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, permitindo um apoio à gestão das autarquias locais (Decreto-Lei n.º 54-A/99).

Tem como objetivos:

- Apoiar a tomada de decisões estratégicas no âmbito da orçamentação plurianual;
- Apoiar o controlo da atividade financeira da administração local;
- Reforçar a transparência da situação financeira e patrimonial das autarquias;
- Reforçar a utilização pelas autarquias locais das novas técnicas de gestão;
- Reforçar a transparência das relações financeiras das autarquias.

3.2.1 – POCAL vs SNC-AP

Em substituição do POCAL, surge o Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas (SNC-AP), para uniformizar os diferentes sistemas contabilísticos: público e privado, ou seja, equiparar o público com o privado.

O SNC-AP surge também, porque os sistemas contabilísticos e de informação não fornecem, com igual periodicidade, informação essencial para uma boa gestão e uma prestação efetiva de contas e responsabilização dos “gestores dos dinheiros públicos”.

O Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas (SNC-AP) era para entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2019. Contudo, foi decidido um adiantamento para 2020 (Decreto-Lei Nº 192, 2015, 11 de setembro).

3.3 – Apuramento Mensal dos Fundos Disponíveis

Para os municípios se poderem comprometer com terceiros devem, em primeiro lugar, ver se têm fundos disponíveis. Para tal, têm de apurar, no 1º dia útil de cada mês, os fundos disponíveis que dispõem.

De acordo, com o artigo 5º do Decreto-Lei nº127/2012, 21 de junho (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), consideram-se “fundos disponíveis as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:

- a) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos seis meses seguintes;
- b) As transferências ou subsídios do Estado, relativos aos seis meses seguintes;
- c) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;
- d) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos seis meses seguintes;
- e) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;

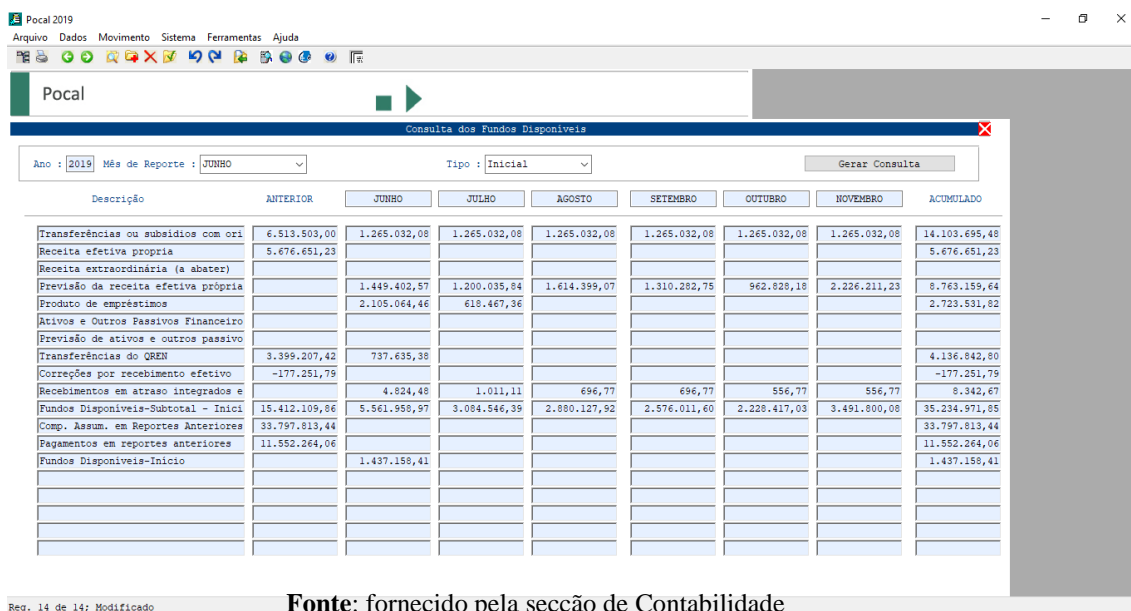
f) As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas.”

Como já foi referido, os Fundos Disponíveis calculam-se mensalmente, no 1º dia útil de cada mês, para os seis meses seguintes. A estagiária calculou os fundos disponíveis de junho, conforme os dados disponibilizados pelo Município.

O Quadro dos Fundos Disponíveis (**Figura 12**) contempla uma coluna “Anterior” que reflete, por um lado, os valores reais arrecadados/recebidos pelo Município, desde janeiro até maio, e por outro os compromissos assumidos com terceiros, referente ao mesmo período.

As seis colunas seguintes contemplam a previsão da receita arrecadada, bem como os compromissos a assumir nos seis meses seguintes, incluindo o mês de reporte - junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro.

Por fim, observa-se uma coluna “Acumulado”, a qual reflete o somatório de todas as colunas anteriores.



Descrição	ANTERIOR	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	ACUMULADO
Transferências ou subsídios com ori	6.513.503,00	1.265.032,08	1.265.032,08	1.265.032,08	1.265.032,08	1.265.032,08	1.265.032,08	14.103.695,48
Receita efetiva própria	5.676.651,23							5.676.651,23
Receita extraordinária (a abater)								
Previsão da receita efetiva própria		1.449.402,57	1.200.035,84	1.614.399,07	1.310.282,75	962.828,18	2.226.211,23	8.763.159,64
Produto de empréstimos		2.105.064,46	618.467,36					2.723.531,82
Ativos e Outros Passivos Financeiro								
Previsão de ativos e outros passivo								
Transferências do QREN	3.399.207,42	737.635,38						4.136.842,80
Correções por recebimento efetivo	-177.251,79							-177.251,79
Recebimentos em atraso integrados e		4.824,48	1.011,11	696,77	696,77	556,77	556,77	8.342,77
Fundos Disponíveis-Subtotal - Início	15.412.109,86	5.561.958,97	3.084.546,39	2.880.127,92	2.576.011,60	2.228.417,03	3.491.800,08	35.234.971,85
Comp. Assum. em Reportes Anteriores	33.797.813,44							33.797.813,44
Pagamentos em reportes anteriores	11.552.264,06							11.552.264,06
Fundos Disponíveis-Início		1.437.158,41						1.437.158,41

Fonte: fornecido pela seção de Contabilidade

Figura 12 - Quadro dos Fundos Disponíveis, referente ao mês de junho

O valor dos Fundos Disponíveis, para o mês de junho, é calculado com base na diferença apurada entre a receita (receita real mais a receita previsional) contemplada no quadro e os compromissos assumidos, também identificados no quadro acima citado.

No final, o Município deve enviar esta informação em suporte informático para a DGAL, até ao 10º dia útil do próprio mês a que reporta a informação.

Entende-se por compromissos, as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros, em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram-se assumidos quando se emite uma ordem de compra, nota de encomenda, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo também estar associados a pagamentos durante um determinado período de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas (Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, LCPA).

3.4 – Cálculo do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMP)

O Cálculo do Prazo Médio de Pagamento expressa, trimestralmente, o tempo que o Município demora a pagar aos seus fornecedores.

Segundo, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores de cada entidade pública registado no final de cada trimestre, baseia-se na seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t (DF)}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Sendo:

DF – dívida a fornecedores de aquisições de bens e serviços e de capital no trimestre

A – Aquisição de bens e serviços e de capital no trimestre

Nos termos da legislação em vigor (n.º 4 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho), compete à DGAL divulgar trimestralmente a lista dos municípios que tenham um PMP superior a 60 dias.

Com o apoio do Excel, fornecido pela secção de Contabilidade (Figura 14), e do Balancete¹, retirado do POCAL, a estagiária calculou o Prazo Médio de Pagamento, referente ao primeiro trimestre do ano – 31 de março de 2019, seguindo a fórmula já apresentada.

A estagiária começou por se familiarizar com este tema, por intermédio do Decreto-Lei n.º33/2018, de 15 de maio e a Resolução do Conselho de Ministros n.º34/2018, de 22 de fevereiro, para proceder ao cálculo do PMP. Assim começou por inserir os valores, no Excel (**Figura 14**), registados no Balancete Analítico, referente ao final do 1º trimestre, 31 de março de 2019, utilizando o saldo credor das Contas 22², 252³ e a 261⁴, para proceder ao apuramento da dívida a fornecedores (**DF**). Para o cálculo das Aquisições (**A**) feitas no trimestre, fez-se o somatório das compras líquidas dos descontos, abatimentos e devoluções efetuadas no trimestre (Conta 31⁵), dos custos suportados no trimestre (Conta 62⁶) e o incremento do imobilizado (Contas 42⁷, 442⁸, 445⁹ e 45¹⁰).

De seguida, apurados os somatórios da dívida a fornecedores e da Aquisição, calculou-se o PMP, no sentido de conhecer o número de dias em que o Município demora a pagar aos seus fornecedores.

¹ - Anexo 2

² 22 – Fornecedores conta corrente

³ 252 – Credores pela execução do Orçamento

⁴ 261 – Fornecedores Imobilizado

⁵ 31 - Compras

⁶ 62 – Fornecimentos e Serviços Externos

⁷ 42 – Imobilizações Corpóreas

⁸ 442 – Imobilizado em curso de imobilizações corpóreas

⁹ 445 – Imobilizado em curso de imobilizações de bens de domínio público

¹⁰ 45 – Bens de domínio público

Como já referido, a DGAL, no final de cada trimestre, publica a informação nos Municípios com prazos de pagamento superiores a 60 dias, pelo que os prazos de pagamento por nós calculados podem ser conferidos com os da DGAL. Podemos, então, verificar que o Município apresenta uma diferença de cálculo mínima, em comparação ao cálculo feito pela DGAL (Figura 13).

	30/set/18	31/dez/18	31/mar/19
Somatório DF	33 309 433,58	31 508 713,09 €	28 735 138,90 €
Somatório DF / 4	8 327 358,40	7 877 178,27	7 183 784,73 €
Somatório A	26 958 606,78	22 750 586,20	21 320 731,70 €
PMP (Dias) [DF/4] / A	0,31	0,35	0,34
PMP (Dias) [DF/4] / A * 365	113	126	123
Cálculo PMP DA DGAL	115	129	

Figura 13 - Comparação do cálculo do PMP da DGAL com o Município

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

CÁLCULO PMP		30/set/18	31/dez/18	31/mar/19
DATA				
Dívida Fornecedores (DF) - CP				
Saldo credor das contas no final do trimestre	22 - Fornecedores Conta Corrente	6 523 518,33 €	6 989 438,92 €	6 176 634,27 €
	229 (SUBTRAIR À 22)	- €	- €	- €
	252 - Credores pela execução do orçamento	737,05 €	- €	- €
	261 - Fornecedores Imobilizado	481 905,48 €	633 747,69 €	168 633,16 €
	2619 (SUBTRAIR À 261)	- €	- €	- €
	265 - Não temos	- €	- €	- €
	266 - Não temos	- €	- €	- €
	267 - Não temos	- €	- €	- €
	7 006 180,89 €	7 623 186,61 €	6 346 267,43 €	
Aquisições (A) - efectuadas no trimestre		Valor trimestre	Valor trimestre	Valor trimestre
Compras líquidas dos descontos, abatimentos e devoluções efectuadas no trimestre	31 - Compras (apenas movimentos a débito do trimestre)	555 260,01 €	781 806,62 €	396 927,35 €
	317 - subtrair os movimentos a débito	465,40 €	- €	- €
	318 - subtrair os movimentos a débito	- €	- €	- €
	317 - subtrair os movimentos a crédito	- €	465,40 €	- €
	318 - subtrair os movimentos a crédito	- €	- €	- €
Custos suportados no trimestre	62 - Fornecimentos e Serviços Externos (saldo devedor trimestral, ie, suportado só durante o trimestre)	1 799 399,88 €	2 799 389,20 €	2 072 635,71 €
	42 - Imobilizações Corpóreas (apenas movimentos a débito do próprio trimestre)	529 022,01 €	2 009 580,65 €	225 435,00 €
Incremento do Imobilizado no trimestre	442 - Imobiliz. Em curso de imobilizações corpóreas (apenas movimentos a débito do próprio trimestre)	250 139,50 €	119 854,74 €	119 468,70 €
	44B - Imobiliz. Em curso de bens de domínio público (apenas movimentos a débito do próprio trimestre)	1 036 981,54 €	815 016,59 €	316 579,58 €
	4B - Bens de domínio público (apenas movimentos a débito do próprio trimestre)	13 518,55 €	241 373,90 €	192 598,00 €
		4 183 868,08 €	6 788 668,30 €	3 323 844,34 €
	30/set/18	31/dez/18	31/mar/19	
Somatório DF	33 309 433,58	31 508 713,09 €	28 735 138,90 €	
Somatório DF / 4	8 327 358,40	7 877 178,27	7 183 784,73 €	
Somatório A	26 958 606,78	22 750 586,20	21 320 731,70 €	
PMP (Dias) [DF/4] / A	0,31	0,35	0,34	
PMP (Dias) [DF/4] / A * 365	113	126	123	
Cálculo PMP DA DGAL	115	129		

Legenda:

- Introdução de valores
- Somatório DF
- Somatório A
- PMP

Figura 14 - Mapa do Excel para o cálculo do PMP

3.5 – Contabilidade Orçamental

3.5.1 - Orçamento

A gestão económica e financeira do Município pressupõe que a atividade a desenvolver tem subjacente o cálculo, à priori, das receitas e das despesas. O orçamento é assim um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar num ano civil (Relatório Orçamento, 2019).

O Orçamento é constituído por dois mapas:

- Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local;
- Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica

A elaboração dos documentos previsionais deve respeitar um conjunto de regras e princípios orçamentais. A LFL estabelece no seu artigo 3.º como princípios orçamentais a ter em conta na elaboração do orçamento: o princípio da anualidade, o princípio da unidade, o princípio da universalidade, o princípio da especificação, o princípio do equilíbrio, o princípio da não consignação e o princípio da não compensação.

3.5.2 – Plano Plurianual de Investimento

O plano plurianual de investimento das autarquias locais contempla os projetos e ações de investimento e ativos financeiros que o Município se propõe a desenvolver, em quatro anos, o ano em causa mais os três anos seguintes, e indica a previsão da despesa orçamental por investimentos e ativos financeiros.

Na sua elaboração, são tidos em consideração os ajustamentos resultantes da execução anterior (POCAL, 2002).

3.6 – Cálculo da Dívida Total

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 52, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o limite da dívida total para cada município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (Portal Autárquico).



LIMITE DA DÍVIDA TOTAL PARA 2019, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 52.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO

uni: euros

Distrito	D/RA	Municípios	2016	2017	2018	TOTAL das receitas correntes (2016,2017,2018)	Média (2016,2017,2018)	Limite (2019) = 1,5 * Média (2016 a 2018)
			(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)	(6) = 1,5 * Média (5)
GUARDA	GU	CELORICO DA BEIRA	8 406 689	8 261 995	8 129 300	24 797 984	8 265 995	12 398 992
BRAGA	BG	CELORICO DE BASTO	12 107 581	10 629 304	11 320 690	34 057 575	11 352 525	17 028 788
SANTARÉM	SA	CHAMUSCA	8 935 994	8 920 911	9 176 070	27 032 975	9 010 992	13 516 488
VILA REAL	VR	CHAVES	27 452 364	27 139 197	30 638 654	85 230 215	28 410 072	42 615 107
VISEU	VS	CINFÃES	12 890 358	11 948 393	11 670 695	36 509 447	12 169 816	18 254 723
COIMBRA	CO	COIMBRA	87 490 299	89 832 222	83 438 833	260 761 354	86 920 451	130 380 677
COIMBRA	CO	CONDEIXA-A-NOVA	9 929 906	10 229 536	10 290 632	30 450 073	10 150 024	15 225 036
SANTARÉM	SA	CONSTÂNCIA	5 137 210	5 233 800	5 240 978	15 611 988	5 203 996	7 805 994
SANTARÉM	SA	CORUCHE	15 491 093	15 790 368	16 368 790	47 650 251	15 883 417	23 825 125
R. A. AÇORES	RAA	CORVO	1 453 926	1 552 244	1 500 762	4 506 932	1 502 311	2 253 466

Figura 15 - Limite da Dívida Total para 2019

Fonte: www.portalautarquico.dgal.gov.pt

Como podemos verificar na Figura 15 acima referida, fornecida pela DGAL, o limite da dívida total do Município de Chaves foi apurado, do seguinte modo:

- Somou-se o valor das receitas correntes, referentes aos três anos – 2016, 2017 e 2018 – com um valor de 27 452 364€, 27 139 297€, e 30 638 654€, respetivamente. Deste modo, o Total das receitas correntes é de 85 230 215€.
- Feito o somatório das receitas correntes dos três anos, calculou-se a média anual, dividindo o Total das receitas correntes pelos três anos:

$$\frac{85\,230\,215}{3} = 28\,410\,072$$

- Por último, determinou-se o limite da dívida total, para 2019, multiplicando por 1,5 vezes a media, ($28\ 410\ 072 \times 1,5 = 42\ 615\ 107$), como indica o art.º 52, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Sendo assim, o Limite da Dívida Total para 2019, do Município de Chaves, é de 42 615 107€.

CALCULO DIV TOTAL MCC 3 MAIO 2019.xlsx

3 DE MAIO DE 2019			
	DÉBITO	CRÉDITO	
22	- €	6 719 719,46 €	
221 FORN CC	- €	6 324 787,41 € (3)	
228 FORN REC CONF	- €	394 932,05 € (3)	
23 EMPRÉSTIMOS	20 904 576,83 €	(1)	
24 EOEP	316 562,50 €	107 666,05 €	
IMPOSTO SOBRE O			
241 RENDIMENTO	4 425,00 €	- € OT	
RET IMPOSTOS	- €	55 887,79 € OT	
242 SOBRE	- €	- € (5)	
243 IVA	312 137,50 €	- € (5)	
RESTANTES			
244 IMPOSTOS	- €	- €	
2441	- €	- € OT	
2449	- €	- €	
24491	- €	- €	
24492	- €	- € (5)	
245	- €	51 778,26 €	
24511	- €	- € OT	
2452	- €	33 643,83 €	
24521	- €	33 643,83 € OT	
24522	- €	- € (5)	
24531	- €	- € (5)	
24532	- €	18 129,25 € OT	
2458	- €	5,18 € OT	
249	- €	- €	
24999	- €	- € OT	
25 DEV CRED EX ORC	- €	79 760,48 € OT	
26	548 602,58 €	2 980 394,20 €	
261 FORN IMOB	- €	633 909,73 €	
2611 FORN IMOB CC	- €	109 035,29 € (4)	
2613 LEASING	- €	435 776,37 € (2)	
2614 FACTORING	- €	27 240,70 € (4)	
2618 FORN IMOB REC CONF	- €	61 857,37 € (4)	
262 PESSOAL	- €	- € (5)	
264 ADMINISTRAÇÃO AU	- €	- € (5)	
268	548 602,58 €	2 333 136,49 €	
2681	- €	185 277,75 €	
268126 FAM	- €	149 416,50 € NÃO RELEVA (FAM)	
SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES			
268127 REEMBOLSÁVEIS	- €	35 861,25 € NÃO RELEVA	
DEVEDORES DE			
2682 TRANSF	373 659,42 €	- € (5)	
2685	- €	1 927 131,09 € OT	
2687	- €	- € OT	
2688	174 943,16 €	- € (5)	
2689	- €	220 727,65 €	
26896	- €	- € OT	
26898	- €	- € (5)	
26899	- €	220 727,65 € (5)	
269	- €	13 347,88 € (5)	
DÍVIDA TOTAL A TERCEIROS EXCLUINDO OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	860 740,08 €	28 492 281,65 €	- €
OTS	- €	2 114 557,62 €	
FAM E SUBS E SUBV (NÃO RELEVA)	- €	185 277,75 €	
DÍVIDA TOTAL A TERCEIROS	860 740,08 €	30 792 117,02 €	35 861,25 €

QUADRO CÁLCULO DÍVIDA TOTAL EXCLUINDO NÃO ORÇAMENTAIS		3 DE MAIO DE 2019
(1)	EMPRÉSTIMOS	20 904 576,83 €
(2)	LOCAÇÃO FINANCEIRA	435 776,37 €
(3)	FORNECEDORES C/C	6 719 719,46 €
(4)	FORNECEDORES IMOBILIZADO	198 133,36 €
(5)	OUTROS CREDORES	234 075,63 €
DÍVIDA TOTAL EXCLUINDO NÃO ORÇAMENTAIS		28 492 281,65 €

LIMITE PARA 2019	42 615 107,42 €
MARGEM	14 122 825,77 €

Figura 16 - Excel do Cálculo da dívida Total

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

A Figura 16 mostra como o Município apura o Limite da Dívida e a Margem, neste caso referente ao ano de 2019.

Com o auxílio do Balancete, inserem-se os valores a débito e a crédito da Conta 2*, servindo como ajuda para os somatórios dos empréstimos, locação financeira, fornecedores c/c, fornecedores imobilizados e outros credores, determinando, assim, a dívida total a terceiros, excluindo operações não orçamentais, do Município (28 492 281,65€). Por fim, para calcular a Margem, subtrai-se o Limite da Dívida para 2019, dado pela DGAL, com a Dívida Total a Terceiros do Município, obtendo-se assim uma Margem de 14 122 825,77€.

3.7 – Modificações Orçamentais

As Modificações Orçamentais têm como finalidade ajustar o orçamento durante o ano em curso, como continuidade do que inicialmente foi aprovado. São efetuadas de forma a tornar o Orçamento mais ajustado às necessidades, que nele participam.

As Modificações ao orçamento podem ser de duas naturezas: alterações e revisões.

As Alterações Orçamentais ocorrem quando seja insuficiente a previsão que se fez para uma determinada rubrica, por o valor da dotação não cobrir as despesas a realizar por conta dessa rubrica. Neste caso, estamos perante uma despesa insuficientemente dotada, por compensação de outra com dotação excessiva, ou seja, reforça-se uma dotação anulando em igual valor uma outra.

As Revisões Orçamentais têm lugar quando existe um aumento do valor global da despesa prevista, salvo quando se trate da utilização das receitas legalmente consignadas e do produto de empréstimos, da aplicação do saldo apurado da gerência anterior, do excesso de cobrança de receitas em relação às previstas no orçamento ou de outras receitas que o município esteja autorizado a arrecadar.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DESPESA/PPI - N.º				
RUBRICA A INSCREVER/REFORÇAR	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA DESPESA	VALOR TOTAL DE REFORÇO	RUBRICA DA ANULAÇÃO	
Ação 2016-I-28 (07010307)	Informação/Proposta Nº163/2019 - Centro Cívico (PARU 2.3) Trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos.	9 292,59 €	Ação 17/I/2003	10 512,75 €
Ação 2003-I-13 (07011002)	Informação Nº19/2019/GSI - Aquisição de sistema de videovigilância para o aeródromo municipal	1 220,16 €	02020102	3 000,00 €
020211	Deslocação e Alojamento a Groningen - Amesterdão	2 000,00 €		
02012199	Aquisição de material diverso p/ armazém	500,00 €		
02012199	Aquisição de contador p/ óleo	500,00 €		
TOTAL		13 512,75 €		13 512,75 €

Figura 17 - Quadro de auxílio do Excel das MOD

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

A estagiária teve a oportunidade de assistir e participar em todo o processo. Realizando os seguintes passos:

- Começou por preencher o quadro do Excel (Figura 17), que serviu de auxílio para depois exportar para o POCAL, as rubricas a inscrever/reforçar, o valor do reforço e as rubricas a anular.

⇒ As Ações do PPI, 2016-I-28, com a económica (07010307), e 2003-I-13 (07011002), é necessário reforçar com os valores: 9 292,59€ e 1 220,16€, respetivamente, anulando a Ação 2003-I-17, com um valor total de 10 512,75€.

⇒ Na Despesa, procede-se do mesmo modo, reforçando as rubricas 020211, 02012199, de 2 000€ e 1 000€, respetivamente, e anula-se a rubrica 02020102 com o montante de 3 000€.

De seguida, inseriu-se os valores no POCAL, como demonstram as figuras seguintes:

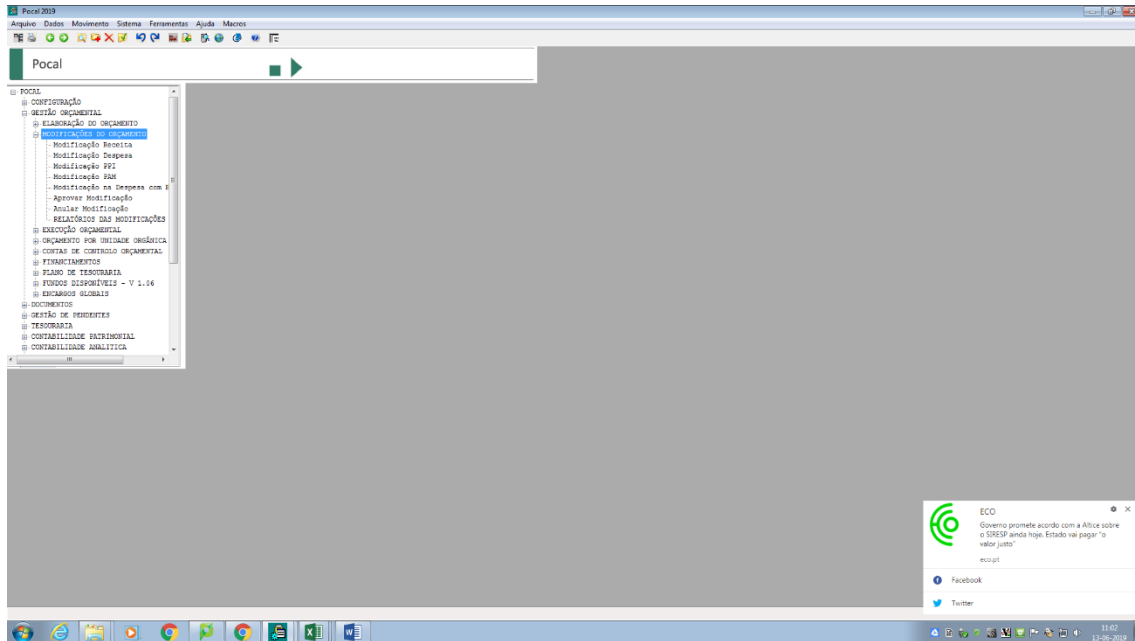


Figura 18 - Menu das Modificações do Orçamento

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

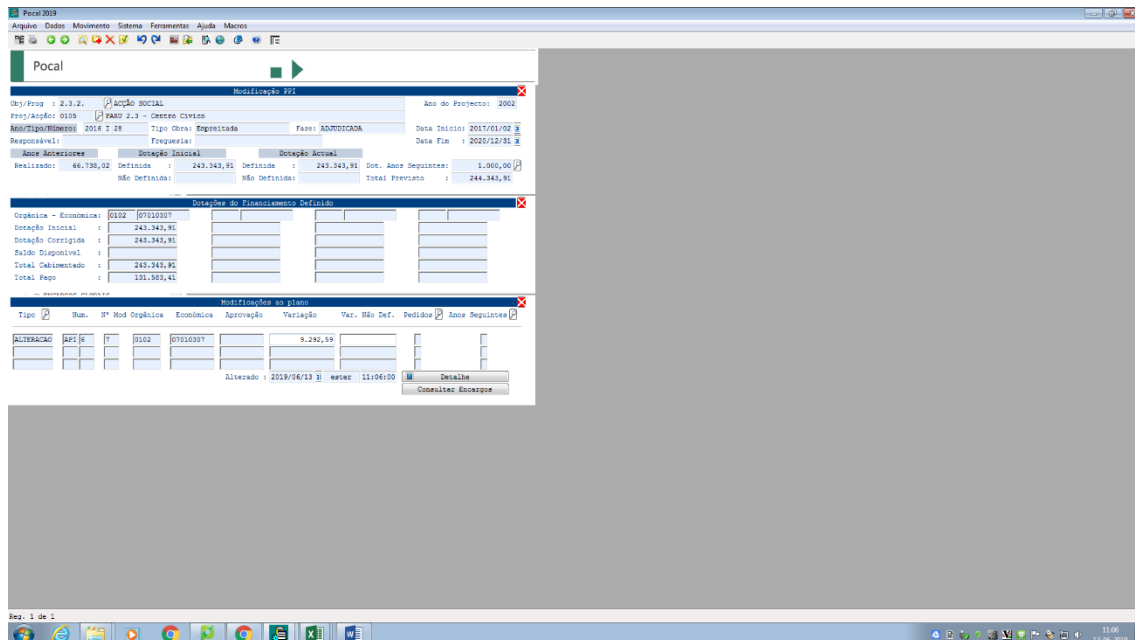


Figura 19 - Modificação PPI

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

Após entrar no menu efetuar “*Modificações ao Orçamento*” (Figura 18), fez-se o “insert”, selecionou-se o plano pretendido para efetuar a alteração (2019-I-28) e introduziu-se o reforço de 9 292,59€. No plano 2003-I-13, reforçou-se com 1 220,16€, o que totaliza um reforço de 10 512,75€ (Figura 19).

Posteriormente, procedeu-se à anulação, considerando o valor a negativo de 10 512,75€ na Ação 2003-I-17 (Figura 20).

Por fim, foram gravados os valores inseridos e confirmadas as importâncias dos aumentos e diminuições, cujos valores terão de ser coincidentes. Feita esta confirmação, estão criadas as condições para aprovar a modificação (Figura 21).

Depois de ter efetuado a modificação ao orçamento, devem-se imprimir os mapas das modificações, que se encontram dentro do menu “*Relatórios das Modificações*”¹¹.

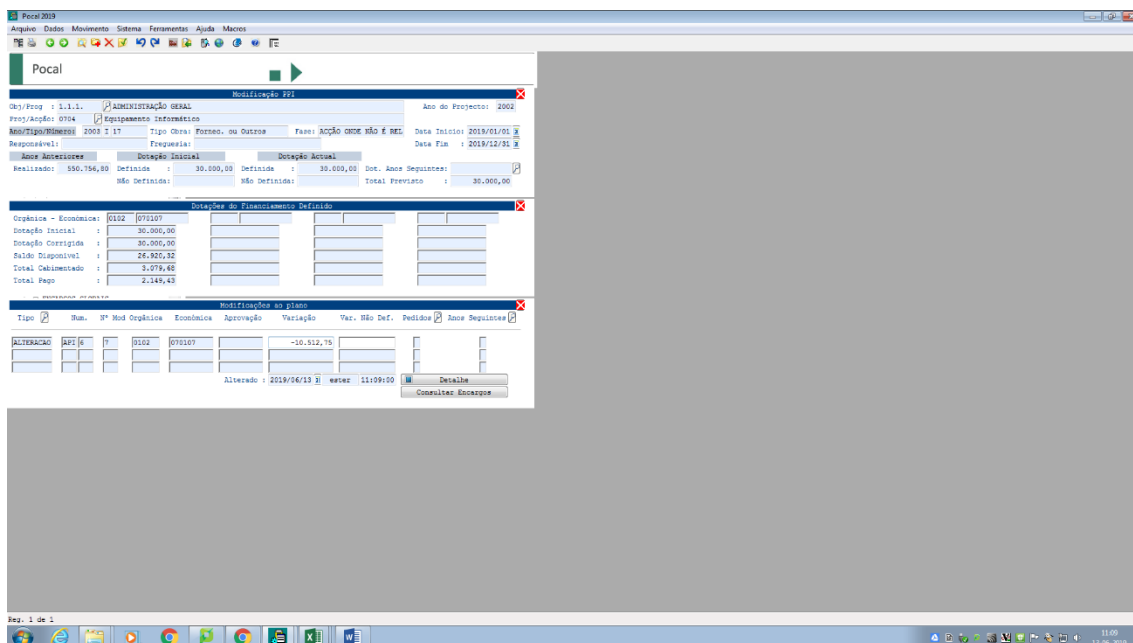


Figura 20 - Anulação da Ação 2003-I-17

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

¹¹ Anexo 3

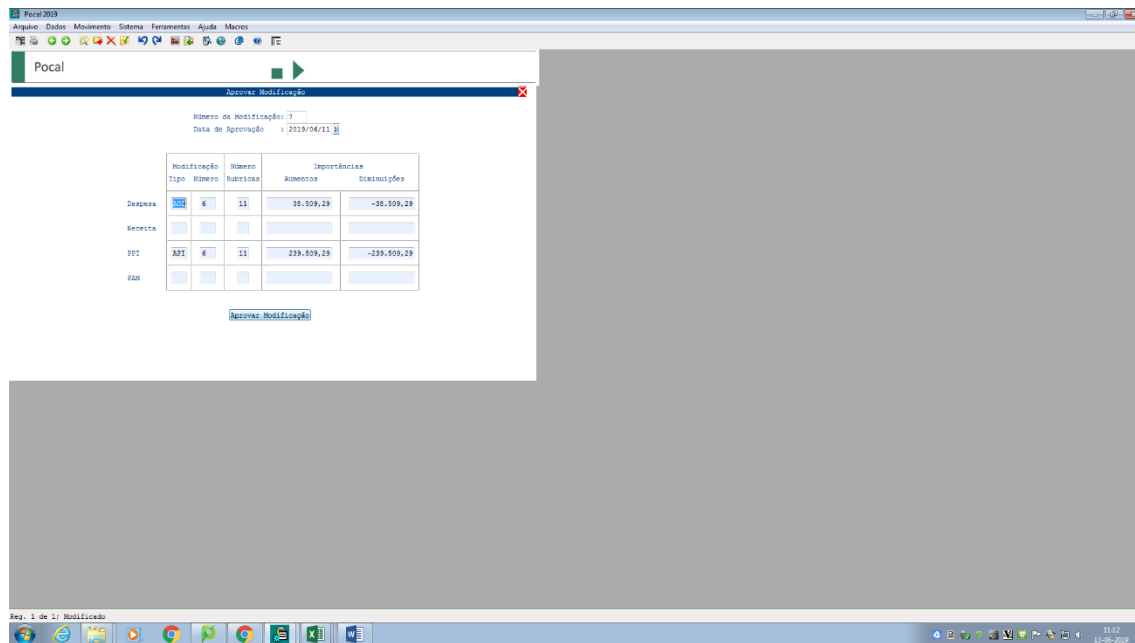


Figura 21 - Aprovação da Modificação
Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

3.8 – Imobilizado

Segundo o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, entende-se por inventário a relação de bens que fazem parte do ativo imobilizado do Município, devidamente classificados, valorizados e atualizados, de acordo com os classificadores e critérios definidos pelo POCAL.

Fazem parte do Registo do Imobilizado, o Imobilizado Corpóreo, o qual compreende todos os bens do domínio público, disponíveis e indisponíveis, de que o Município é titular. O Imobilizado Incorpóreo, incluem os bens intangíveis e os Investimentos Financeiros.

De acordo com o nº1 do artigo 8º, do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, para se proceder a inventariação existem as seguintes regras gerais:

- a) Os bens devem manter-se em inventario desde o momento da sua aquisição até ao momento do seu abate;

- b) A identificação de cada bem faz-se através do modelo do Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE)¹²
- c) A aquisição dos bens deve ser registada na ficha de inventário de acordo com os códigos estabelecidos no POCAL;
- d) As alterações e abates verificados no património serão objeto de registo na respetiva ficha de inventario, nos termos dos códigos previstos no POCAL.

Analisadas as regras gerais do processo de inventariação, a estagiária procedeu à inventariação da aquisição de um quiosque para a venda de bilhetes, na Piscina Municipal, que foi executada do seguinte modo:

- Na aplicação do POCAL, no menu de “*Registo de fatura*”, selecionou-se a fatura, que neste caso é o número 460, e no botão “*inventariar*” (Figura 22), como as aplicações estão vincadas, é gerado um número de inventário automaticamente, na aplicação de Património.

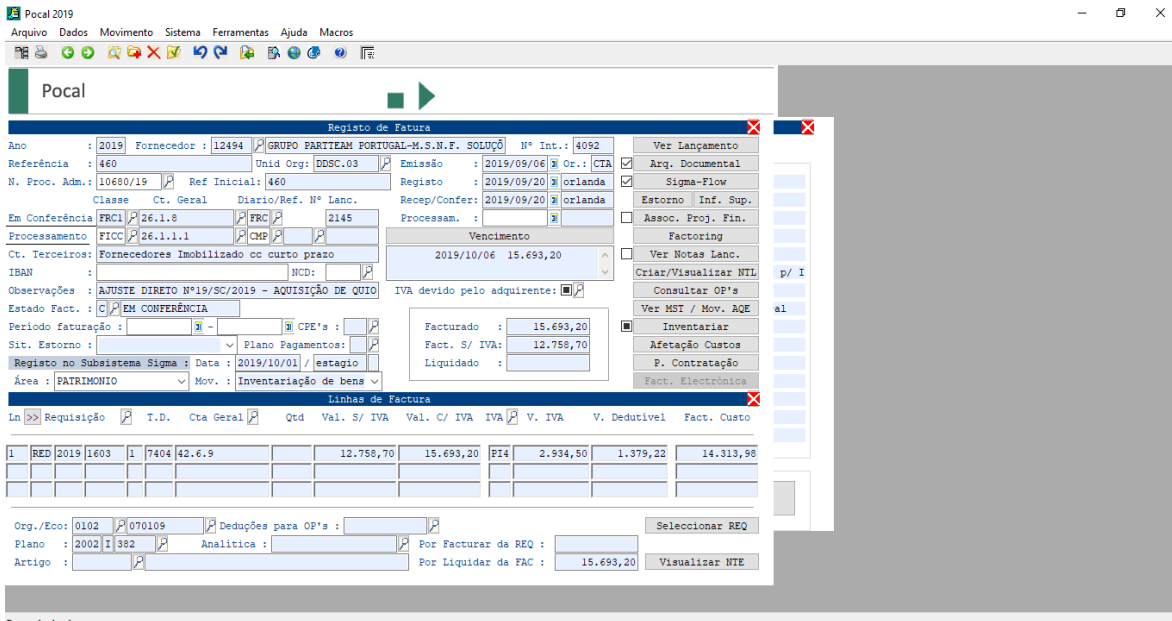


Figura 22 - Registo de fatura

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

¹² Anexo 4

De seguida, selecionou-se o número de inventário, na aplicação Património, para se proceder à classificação do bem, definindo-se o código da classe do bem, do tipo de bem, neste caso, a classificação foi: 118/07/01¹³, conforme o classificador geral do CIBE (figura 23). Preencheu-se, também, o respetivo compartimento (local e Divisão afeta) – “DDSC - Serviços Gerais – Receção”.

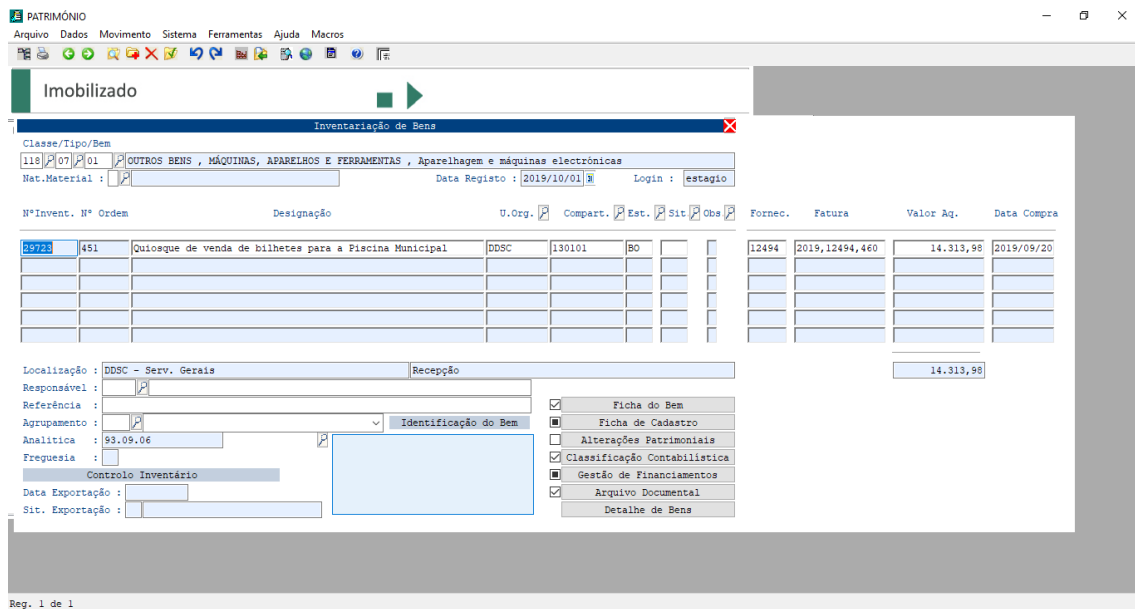
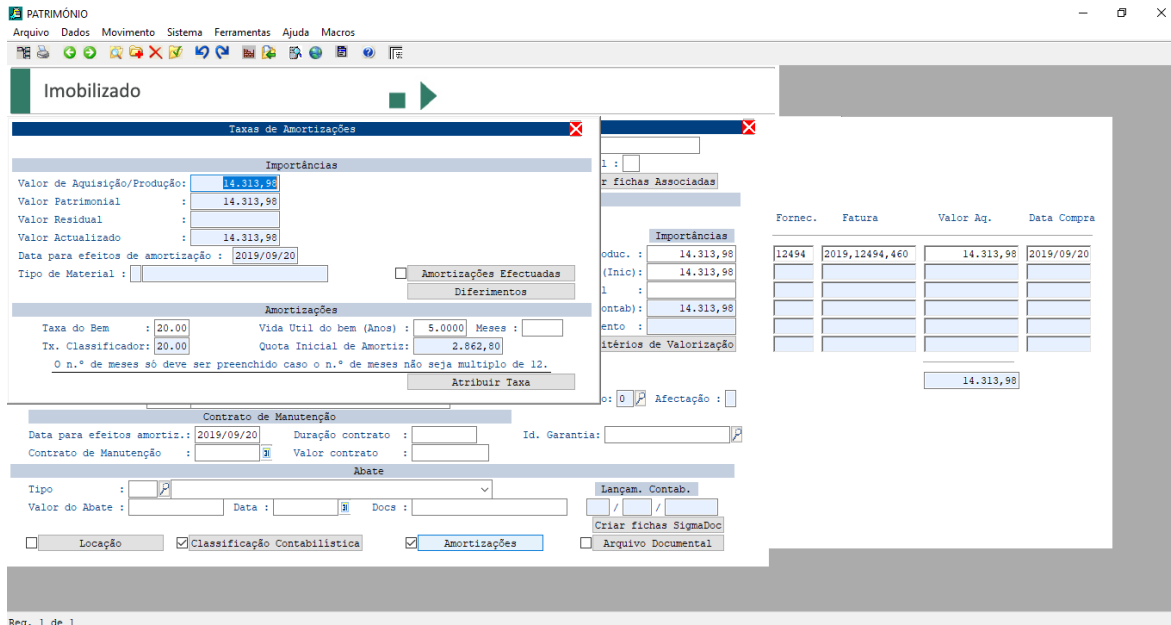


Figura 23 - Inventariação de Bens

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

Preencheu-se a ficha do bem, identificando automaticamente a taxa de amortização atribuída ao tipo de bem. (Figura 25).

¹³ 118 – Outros bens
 07 – Máquinas, Aparelhos e Ferramentas
 01 – Aparelhagem e Máquinas Eletrónicas



Importâncias

Valor de Aquisição/Produção: 14.313,98
 Valor Patrimonial: 14.313,98
 Valor Residual:
 Valor Actualizado: 14.313,98
 Data para efeitos de amortização: 2019/09/20
 Tipo de Material:
 Amortizações Efectuadas
 Diferimentos

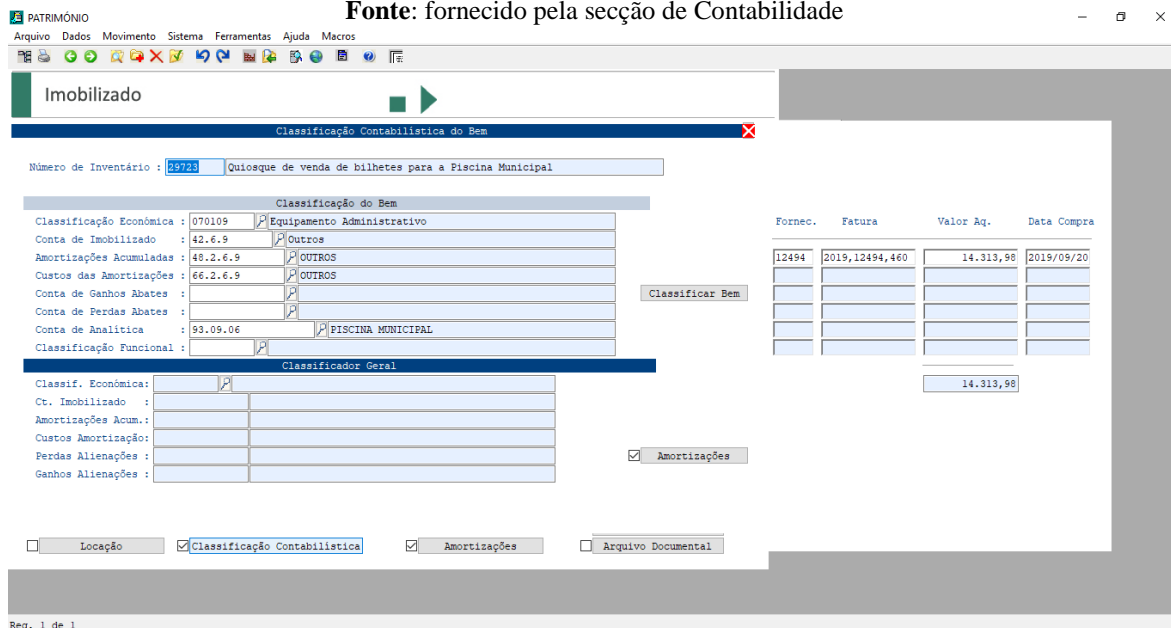
Amortizações

Taxa do Bem: 20.00 Vida Útil do bem (Anos): 5.0000 Meses:
 Tx. Classificador: 20.00 Quota Inicial de Amortiz: 2.862,80
 O n.º de meses só deve ser preenchido caso o n.º de meses não seja múltiplo de 12.
 Atribuir Taxa:
 Lançam. Contab.
 Arquivo Documental

Importâncias	Fornec.	Fatura	Valor Aq.	Data Compra
duc.:	12494	2019,12494,460	14.313,98	2019/09/20
(Inic):				
l:				
ontab):				
ento:				
stérios de Valorização				
			14.313,98	

Figura 25 - Taxa de Amortização

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade



Número de Inventário: 29723 Quiosque de venda de bilhetes para a Piscina Municipal

Classificação do Bem

Classificação Económica: 070109 Equipamento Administrativo
 Conta de Imobilizado: 42.6.9 Outros
 Amortizações Acumuladas: 48.2.6.9 OUTROS
 Custos das Amortizações: 66.2.6.9 OUTROS
 Conta de Ganhos Abates:
 Conta de Perdas Abates:
 Conta de Analítica: 93.09.06 PISCINA MUNICIPAL
 Classificação Funcional:
 Classificador Geral

Importâncias	Fornec.	Fatura	Valor Aq.	Data Compra
	12494	2019,12494,460	14.313,98	2019/09/20
			14.313,98	

Figura 24 - Classificação contabilística do bem

Fonte: fornecido pela secção de Contabilidade

Logo de seguida, procedeu-se à classificação contabilística, preenchendo as amortizações acumuladas, os Custos das Amortizações e a Conta Analítica, para este bem, tendo sido consideradas as contas 48.2.6.9, 66.2.6.9 e 93.09.06, respetivamente (Figura 24).

Quando existe faturas, para as quais já existem bens inventariados, por exemplo, uma reparação, uma beneficiação, procede-se à alteração patrimonial, que altera o valor do bem ou a sua vida útil.

3.8.1 – Abate

Abate é a retirada física dos bens do ativo mobilizado, que pode ter origem nas seguintes situações: alienação, furtos, extravios, roubos, destruição, cessão, declaração de incapacidade do bem, troca, transferência e incêndios.

Quando se trata de alienação, o abate só será registado com a respetiva escritura de compra e venda. Nos casos de furto, extravio e roubo ou incêndio, bastará a certificação por parte da Secção de Contabilidade para se proceder ao seu abate.

Como foi referido, cima, na fase do Abate, no fim de vida do bem, por razões de alienação, destruição e outras, deverá ser registado um auto de abate¹⁴, no qual devem constar, entre outras, a informação e justificação ao mesmo.

Esse bem é retirado do Património, bem como são anulados todos os movimentos na Contabilidade.

3.9 – Balanço à Tesouraria

O Balanço à Tesouraria é uma espécie de auditoria à tesouraria, onde se realiza a contagem física do numerário e dos documentos sob a responsabilidade do tesoureiro, na presença deste ou do substituto legal, assinado pelos intervenientes e, obrigatoriamente, pelo presidente do órgão executivo.

Este é um dos métodos e procedimentos de controlo dos ativos, e prevenção e detenção de situações de ilegalidade, fraude ou erro, dos registos contabilísticos.

¹⁴ Anexo 6

O Balanço à Tesouraria deverá ocorrer nas seguintes situações:

- Trimestralmente, aleatoriamente e sem aviso prévio;
- No encerramento das contas de cada exercício económico;
- No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que substitui, no caso de aquele ter sido dissolvido;
- Quando for substituído o tesoureiro.

A estagiária colaborou na elaboração da Informação – Balanço à Tesouraria¹⁵, onde constam os métodos e procedimentos a realizar na contagem física do numerário e documentos sob a responsabilidade do tesoureiro, conforme o disposto na Norma de Controlo Interno do Município de Chaves.

Para a realização deste processo, foram utilizados os mapas modelo (anexo 5), e nomeados colaboradores responsáveis pela supervisão e contagem, cuja assinatura é necessária.

3.10 – Análise da Candidatura de Investimento

O processo de Candidatura será feito, em primeiro lugar, com o preenchimento do formulário de candidatura, conforme o modelo enviado pelo Município, o qual contém um resumo descritivo do investimento, assim como os documentos previsionais para o período de investimento de 5 anos (balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa)¹⁶.

Com os valores fornecidos pelo candidato, calculamos o VAL e a TIR e comparamos com os resultados dados na candidatura.

Depois de se terem todos os valores calculados, procedemos ao preenchimento da aferição dos critérios de seleção, onde constam os fatores em análise, como a viabilidade

¹⁵ Anexo 5

¹⁶ Anexo 7

económico-financeira do projeto de investimento, inovação, recursos humanos, impacto ambiental da atividade, contratos, logradouro, credibilidade e a avaliação global do projeto. A estagiária preencheu a viabilidade económico-financeira do projeto de investimento, usando uma percentagem de 25% do total do valor para cada fator (TIR¹⁷, VAL¹⁸, Pay-back¹⁹), dando assim, uma pontuação de 0 a 20²⁰.

Depois de cada pontuação atribuída, concluímos qual das candidaturas é mais vantajosa.

¹⁷ TIR – é um indicador usado para medir a rentabilidade de projetos de investimento. Quanto mais elevada a TIR, maior a rentabilidade do projeto.

¹⁸ VAL – diz-nos qual o valor, no presente, de uma receita ou despesa realizada no futuro.

¹⁹ PAYBACK – determina o período de tempo necessário para que a empresa recupere o valor inicialmente investido.

²⁰ Anexo 8

Conclusão

O presente Relatório descreve as atividades desenvolvidas ao longo do Estágio Curricular, com a duração das 400 horas, que decorreu na Câmara Municipal de Chaves. Através do estágio, foi possível à estagiária ter um primeiro contacto com o mercado de trabalho, o que possibilitou o desenvolvimento de diversas competências, que certamente ajudarão a uma melhor preparação para o “mundo do trabalho”, que neste momento é muito exigente.

Durante o decorrer do estágio foi possível aplicar alguns dos conhecimentos adquiridos durante o percurso académico, tendo a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e práticas, visto que tive a possibilidade de conhecer e trabalhar, com o sistema contabilístico da contabilidade pública, de uma autarquia local, com o qual não houve contacto durante a formação académica.

De forma mais concreta, durante o período de estágio na CMC, foram adquiridos diversos saberes sobre as atividades contabilísticas do Município e as respetivas regras e normas de controlo. Na fase inicial, surgiram dificuldades na adaptação relativamente ao sistema contabilístico no setor público. Contudo, essas dificuldades foram superadas com a ajuda das colegas de secção e da supervisora de estágio.

Para finalizar, a realização do estágio na Câmara Municipal de Chaves revelou-se uma excelente experiência profissional, no sentido de me ter proporcionado crescimento, tanto a nível pessoal como a nível profissional.

É com enorme contentamento que afirmo que as minhas expectativas iniciais foram superadas, tendo desempenhando todas as atividades com a maior dedicação e profissionalismo.

Referências

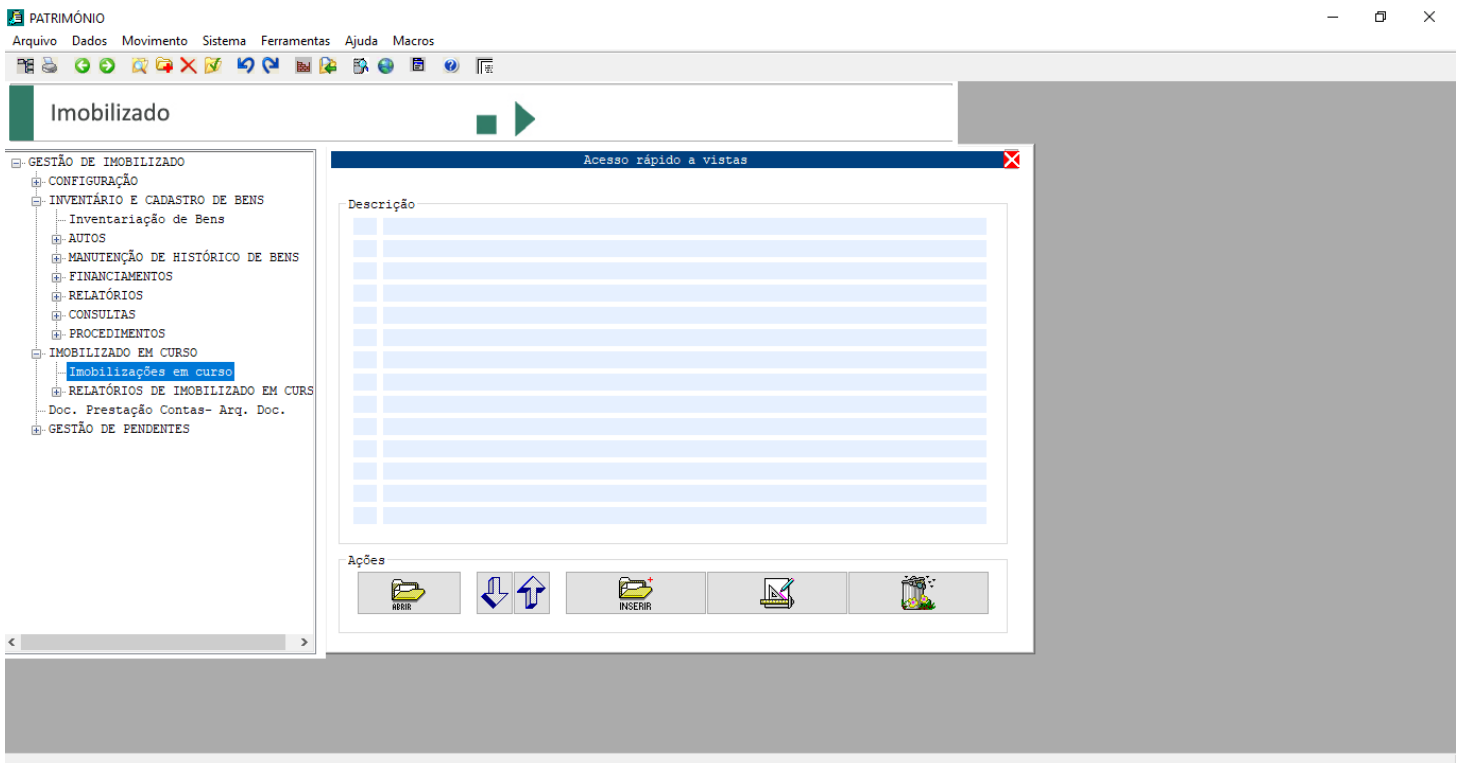
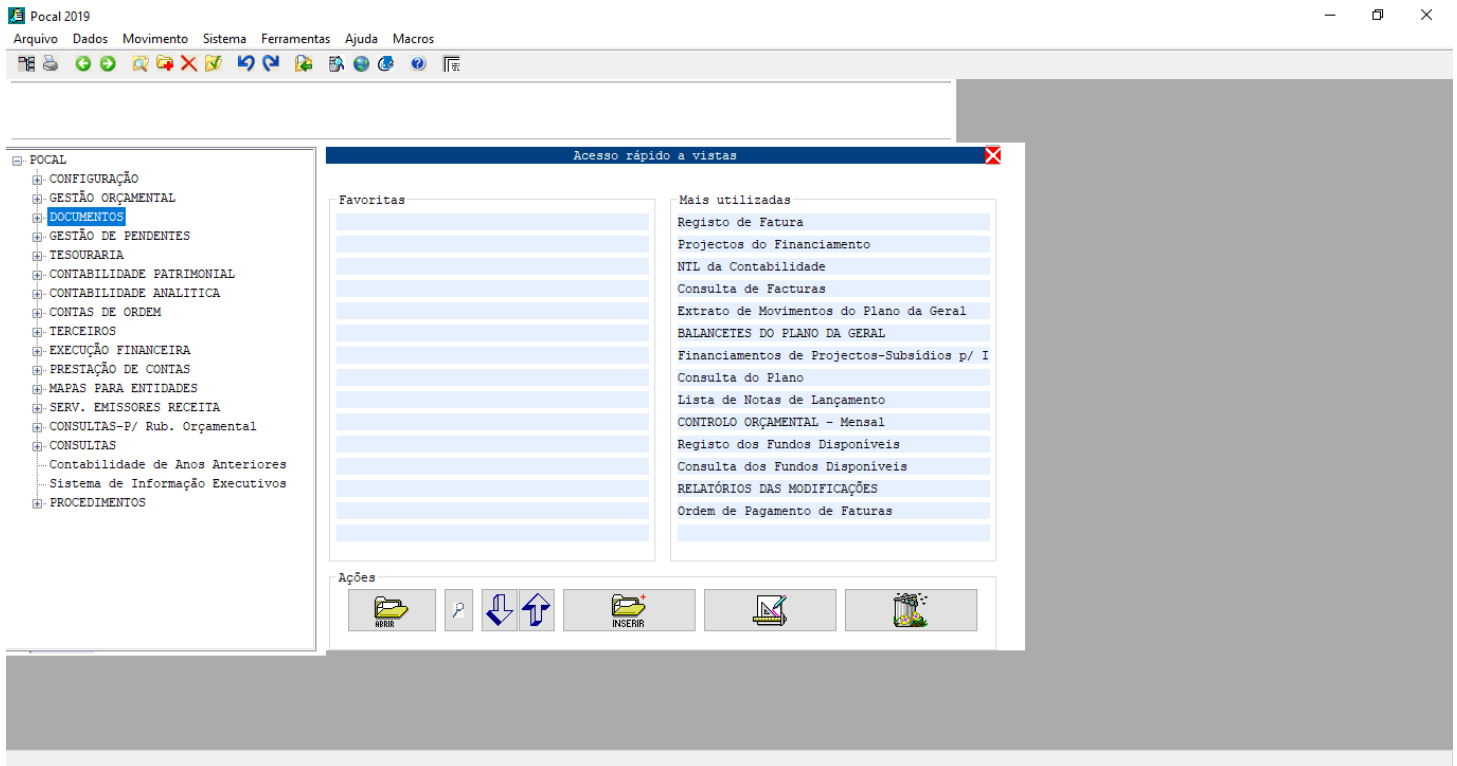
- Chaves, M. d. (2019). Obtido de CMChaves: <https://www.chaves.pt>
- *CMChaves*. (2017). Obtido de Recursos Humanos. Balanço Social: <https://www.chaves.pt/pages/649>
- *CMChaves*. (2019). Obtido de Município. Política de Qualidade: <https://www.chaves.pt/pages/135>
- *Decreto- lei n.º 54-A/99*. (s.d.). Obtido de Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL): <https://dre.pt>
- *Decreto-Lei N° 192, 2015, 11 de setembro*. (s.d.). Obtido de Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas: www.dre.pt
- *Geografia do Concelho*. (s.d.). Obtido de CMChaves: <https://www.chaves.pt/pages/142>
- *História do Concelho*. (2017). Obtido de CMChaves: <https://www.chaves.pt/pages/143>
- *Monteiro, Filipa*. (2012). Obtido de Aplicação do Conceito de Fatores Críticos: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6238/1/Tese_Filipa_Monteiro.pdf
- Oliveira, Ana. (2016). *Apontamentos da Unidade Curricular, Organização e Gestão*. ESTG-IPG.
- POCAL. (2002). Em A. Teixeira, M. J. Fernandes, & J. Carvalho. Reis dos Livros.
- *PORDATA*. (2011). Obtido de Base de dados de Portugal: <https://www.pordata.pt/Municipios/Pesquisa/5/447>

- *Portal Autárquico*. (s.d.). Obtido de Finanças Locais. Endividamento: <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/endividamento/>
- *Relatório Orçamento*. (2019). Obtido de Finanças Municipais. Grandes Opções do Plano e Orçamento: <https://www.chaves.pt/pages/126>
- Tomé. (2019). *Apontamentos da Unidade Curricular Estratégia Empresarial*. ESTG-IPG, GUARDA.



ANEXOS

Anexo 1 – Sistema utilizado - POCAL e Património



Anexo 2 – Balancete para cálculo do PMP

ENTIDADE		BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL						DATA	ANO	PAGINA
M. CHAVES		PERÍODO : Janeiro A Março						2019/06/04	2019	2
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR	
	TRANSPORTE ...	5.811.208,57		10.759.077,44	9.845.632,00	16.570.285,01	9.845.632,00	6.724.654,01		
21	CLIENTES/CONTRIBUINTES E UENYTES	19.815.639,70		3.878.381,87	3.534.172,47	23.694.021,57	3.534.172,47	20.159.849,10		
21.1	Clientes C/C	32.055,63			430,50	32.095,63	430,50	31.665,13		
21.1.1	Clientes Gerais, C/C	32.055,63			430,50	32.095,63	430,50	31.665,13		
21.2	CONTRIBUINTES C/C	508.460,38		2.523.302,85	2.025.249,75	3.031.763,23	2.025.249,75	1.006.513,48		
21.2.1	Impostos directos			632.178,07	632.178,07	632.178,07	632.178,07			
21.2.2	Impostos indirectos	505.149,39		658.979,38	161.934,74	1.164.128,77	161.934,74	1.002.194,03		
21.2.2.01	Impostos indirectos - conta individual	153,15		19.496,78	19.496,78	19.689,93	19.496,78	193,15		
21.2.2.02	Impostos indirectos - conta agregada	504.956,24		639.482,60	142.437,96	1.144.438,84	142.437,96	1.002.000,88		
21.2.3	TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3.310,99		1.232.145,40	1.231.136,94	1.235.456,39	1.231.136,94	4.319,45		
21.2.3.01	Taxas	2.760,31		108.980,85	108.677,19	111.741,16	108.677,19	3.063,37		
21.2.3.02	Multas e outras penalidades	550,68		1.123.164,55	1.122.459,15	1.123.715,23	1.122.459,15	1.256,08		
21.3	Utentes C/C	535.563,02		1.328.086,31	1.505.305,64	1.863.645,33	1.505.305,64	358.343,69		
21.3.2	Mercados e feiras	280,73		4.223,82	4.933,60	4.504,55	4.933,60		429,05	
21.3.2.01	Mercados e feiras c/terceiro	28,00		57,60	3.929,82	85,60	3.929,82		3.844,22	
21.3.2.02	Mercados e feiras s/terceiro	252,73		4.166,22	1.003,78	4.418,95	1.003,78		3.415,17	
21.3.3	Cemitérios			6.798,70	6.798,70	6.798,70	6.798,70			
21.3.4	RENDAS E ALUGUERES HABITAÇÃO E OUTROS C/TERCEIRO	17.158,96		12.413,79	10.296,97	29.572,75	10.296,97	19.275,78		
21.3.5	REIS	428,45		99.724,15	99.656,65	100.152,60	99.656,65	495,95		
21.3.6	ÁGUAS	444.906,54		1.149.501,64	1.327.655,87	1.594.408,18	1.327.655,87	266.752,31		
21.3.6.01	Entidades Públicas	196.793,00		66.504,43	5.935,96	263.297,43	5.935,96	257.361,47		
21.3.6.02	Outras	248.113,54		1.082.997,21	1.321.719,91	1.331.110,75	1.321.719,91	5.390,84		
21.3.7	RENDAS E ALUGUERES HABITAÇÃO E OUTROS S/TERCEIRO	13.126,02		28.777,85	30.107,49	41.903,87	30.107,49	11.796,38		
21.3.9	OUTROS	59.662,32		26.646,36	25.856,36	86.308,68	25.856,36	60.452,32		
21.8	CLIENTES, CONTRIB. E UENYTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	18.739.520,67		26.992,71	3.186,58	18.766.513,38	3.186,58	18.763.326,80		
21.8.1	Cobranças em atraso	16.660.027,89		26.992,71	2.482,38	16.687.020,60	2.482,38	16.684.538,22		
21.8.1.01	Conta Individual	29.671,38			29.671,38			29.671,38		
21.8.1.03	Clientes de Água	1.349.040,20		26.992,71	2.482,38	1.376.032,91	2.482,38	1.373.550,53		
21.8.1.04	RENDAS DE HABITAÇÃO E OUTROS	184.563,52				184.563,92		184.563,92		
21.8.1.04.1	COM TERCEIRO	118.722,14				118.722,14		118.722,14		
21.8.1.04.2	SEM TERCEIRO	65.841,78				65.841,78		65.841,78		
21.8.1.05	Impostos Indirectos	14.930.945,50				14.930.945,50		14.930.945,50		
21.8.1.08	Outros	165.806,89				165.806,89		165.806,89		
21.8.2	Cobranças em litigio	2.079.492,78			704,20	2.079.492,78	704,20	2.078.788,58		
21.8.2.01	Cobranças em litigio - Conta Individual	2.079.492,78			704,20	2.079.492,78	704,20	2.078.788,58		
22	FORNECEDORES		6.989.438,92	5.554.102,19	4.741.297,54	5.554.102,19	11.730.736,46	6.176.634,27		
22.1	Fornecedores Conta Corrente		6.948.044,94	3.284.372,77	2.486.571,42	3.284.372,77	9.354.616,36	6.070.243,59		
22.1.1	Fornecedores Gerais CC		6.829.852,75	3.090.960,17	2.331.351,01	3.090.960,17	9.161.203,76	6.070.243,59		
22.1.1.01	Fornecedores Gerais CC CURTO PRAZO		6.829.852,75	3.090.960,17	2.331.351,01	3.090.960,17	9.161.203,76	6.070.243,59		
22.1.2	Factoring		118.192,19	193.412,60	75.220,41	193.412,60	193.412,60			
22.1.2.07	Caixa Leasing e Factoring		118.192,19	193.041,07	74.848,88	193.041,07	193.041,07			
22.1.2.11	BANCA PANMAFACTURING			371,53	371,53	371,53	371,53			
22.8	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		41.383,98	2.269.729,42	2.334.726,12	2.269.729,42	2.376.110,10	106.390,60		
23	EMPÉSTIMOS OBTIDOS		22.026.910,43	665.726,29		665.726,29	22.026.910,43	21.361.184,14		
23.1	EM MOEDA NACIONAL		22.026.910,43	665.726,29		665.726,29	22.026.910,43	21.361.184,14		
23.1.2	DE MÉDIO E LONGO PRAZO		22.026.910,43	665.726,29		665.726,29	22.026.910,43	21.361.184,14		
23.1.2.1	EMPÉSTIMOS BANCÁRIOS		18.703.133,66				18.703.133,66	18.703.133,66		
23.1.2.1.1	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MONETÁRIAS RESIDENTES		18.703.133,66				18.703.133,66	18.703.133,66		
23.1.2.1.1.1	EMPÉSTIMOS NÃO EXCEPCIONADOS		17.574.999,38				17.574.999,38	17.574.999,38		
23.1.2.1.1.1.01	Caixa Geral de Depósitos		2.395.373,87				2.395.373,87	2.395.373,87		
23.1.2.1.1.1.03	Novo Banco		715.941,29				715.941,29	715.941,29		
	A TRANSPORTAR ...	25.626.849,27	10.100.754,08	20.191.561,50	10.121.102,01	45.818.409,77	28.221.856,09	17.596.553,68		

ENTIDADE	PERÍODO : Janeiro A Março	BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL				DATA	ANO	PÁGINA	
		2019/03/01 a 2019/03/31				2019/06/04	2019	4	
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
	TRANSPORTE ...	25.631.273,27	25.069.916,32	21.077.073,07	18.340.806,45	46.708.346,34	47.410.722,77		702.376,43
24.3.3.1.1.1	TRANSAÇÕES INTERNAS DE BENS E SERVIÇOS			37.050,34	37.050,34	37.050,34	37.050,34		
24.3.3.1.1.1.5	Taxa 6%			33.505,46	33.505,46	33.505,46	33.505,46		
24.3.3.1.1.1.6	TAXA 23%			3.544,88	3.544,88	3.544,88	3.544,88		
24.3.3.1.1.2	AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS			4.784,07	4.784,07	4.784,07	4.784,07		
24.3.3.1.1.3.5	Taxa 23%			4.784,07	4.784,07	4.784,07	4.784,07		
24.3.3.1.2	INVERSÃO DO SUJEITO PASSIVO			3.138,93	3.138,93	3.138,93	3.138,93		
24.3.3.1.2.1	TRANSAÇÕES INTERNAS DE BENS E SERVIÇOS			3.138,93	3.138,93	3.138,93	3.138,93		
24.3.3.1.2.1.5	Taxa 6%			3.138,93	3.138,93	3.138,93	3.138,93		
24.3.5	Iva - apuramento			65.881,33	65.881,33	65.881,33	65.881,33		
24.3.6	Iva - a pagar			7.082,11	7.082,11	7.082,11	7.082,11		
24.3.7	Iva - a recuperar	261.953,08		20.907,99	7.082,11	282.861,07	7.082,11	275.778,96	
24.4	RESTANTES IMPOSTOS			5,00	5,00	5,00	5,00		
24.4.1	IMPOSTO DE SELO			5,00	5,00	5,00	5,00		
24.4.1.2	Imposto de selo de Contratos (8)			5,00	5,00	5,00	5,00		
24.5	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANCA SOCIAL		160.215,31	633.165,22	524.101,29	633.165,22	684.316,60		51.151,38
24.5.1	ADSE			45.452,50	45.452,50	45.452,50	45.452,50		
24.5.1.1	ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL			45.452,50	45.452,50	45.452,50	45.452,50		
24.5.2	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	104.850,84		387.462,09	315.516,96	387.462,09	420.367,80		32.905,71
24.5.2.1	CGA-DESCONTO DO PESSOAL	33.149,81		99.481,89	99.237,79	99.481,89	132.387,60		32.905,71
24.5.2.2	CGA-ENCARGOS DA AVANÇADA	71.701,03		287.980,20	216.279,17	287.980,20	287.980,20		
24.5.3	SEGURANCA SOCIAL - REGIME GERAL	55.359,29		200.235,09	163.116,29	200.235,09	218.475,58		18.240,49
24.5.3.1	Da Entidade Empregadora	37.836,26		148.828,27	110.992,01	148.828,27	148.828,27		
24.5.3.2	Dos Trabalhadores	17.523,03		51.406,82	52.124,28	51.406,82	69.647,31		18.240,49
24.5.8	COFRE DE PREVIDÊNCIA		5,18	15,54	15,54	15,54	20,72		5,18
25	DEVEDORES E CREDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO			16.104.791,82	16.104.791,82	16.104.791,82	16.104.791,82		
25.1	Devedores pela execução do orçamento			8.909.062,73	8.909.062,73	8.909.062,73	8.909.062,73		
25.2	Credores pela execução do orçamento			7.195.729,09	7.195.729,09	7.195.729,09	7.195.729,09		
26	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	2.649.142,17	5.534.043,44	11.447.616,50	10.847.390,33	14.096.758,67	16.381.433,77		2.284.675,10
26.1	Fornecedores de imobilizado		697.598,99	1.004.975,81	828.037,80	1.004.975,81	1.525.636,79		501.660,98
26.1.1	Fornecedores Imobilizado cc		157.643,84	517.377,40	391.976,86	517.377,40	549.620,70		32.243,30
26.1.1.1	Fornecedores Imobilizado cc curto prazo		157.643,84	517.377,40	391.976,86	517.377,40	549.620,70		32.243,30
26.1.3	LEASING		480.419,88	68.364,03	34.188,87	68.364,03	514.608,75		446.244,72
26.1.3.1	Terceiros			34.188,87	34.188,87	34.188,87	34.188,87		
26.1.3.2	Outros - Curto Prazo		128.392,06	34.175,16		128.392,06			94.216,90
26.1.3.2.1	Antigo BCP - CP		36.013,90	11.080,62		11.080,62	36.013,90		24.933,28
26.1.3.2.2	Cooperativa da Fruta - CP		92.378,16	23.094,54		23.094,54	92.378,16		69.283,62
26.1.3.3	Outros - Médio e Longo Prazo		352.027,82				352.027,82		352.027,82
26.1.3.3.1	Antigo BCP - MLP		63.851,30				63.851,30		
26.1.3.3.2	Cooperativa da Fruta - MLP		288.176,52				288.176,52		288.176,52
26.1.4	FACTORING		42.389,95	195.327,99	163.527,44	195.327,99	205.917,39		10.589,40
26.1.4.7	Caixa Leasing e Factoring		42.389,95	195.327,99	163.527,44	195.327,99	205.917,39		10.589,40
26.1.8	Fornecedores imobilizado-Facturas recepção e confe		17.145,32	223.906,39	238.344,63	223.906,39	255.489,95		31.583,56
26.2	Pessoal			1.619.138,29	1.619.138,29	1.619.138,29	1.619.138,29		
26.2.1	Remunerações a pagar aos membros dos órg.autárquic			60.713,61	60.713,61	60.713,61	60.713,61		
26.2.1.1	Rem. a pagar aos membros dos órg.autárquic- s/classe			13.734,02	13.734,02	13.734,02	13.734,02		
26.2.1.2	Rem. a pagar aos membros dos órg.autárquic- c/classe			46.979,59	46.979,59	46.979,59	46.979,59		
26.2.2	Remunerações a pagar ao pessoal			1.558.424,68	1.558.424,68	1.558.424,68	1.558.424,68		
	A TRANSPORTAR ...	25.893.226,35	29.927.730,62	39.019.569,30	35.983.474,86	64.912.795,65	65.911.205,48		998.409,83

ENTIDADE	BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL						DATA	ANO	PÁGINA
	PERÍODO : Janeiro A Março 2019/03/01 a 2019/03/31						2019/06/04	2019	3
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
	TRANSPORTE ...	25.626.848,27	10.100.754,08	20.191.561,50	18.121.102,01	45.818.409,77	28.221.856,09	17.596.553,68	
23.1.2.1.1.1.05	BPI		6.739.971,12				6.739.971,12		6.739.971,12
23.1.2.1.1.1.06	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo		2.725.138,64				2.725.138,64		2.725.138,64
23.1.2.1.1.1.07	Santander-Tota		4.632.343,02				4.632.343,02		4.632.343,02
23.1.2.1.1.1.09	BBVA		366.232,04				366.232,04		366.232,04
23.1.2.1.1.2	EMPRÉSTIMOS EXCEPCIONADOS		1.128.133,68				1.128.133,68		1.128.133,68
23.1.2.1.1.2.01	Caixa Geral de Depósitos		733.076,56				733.076,56		733.076,56
23.1.2.1.1.2.07	Santander-Tota		395.057,12				395.057,12		395.057,12
23.1.2.4	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS - COMPONENTE CURTO PRAZO		2.656.689,43	617.106,31		617.106,31	2.656.689,43		2.039.583,12
23.1.2.4.1	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MONETÁRIAS RESIDENTES		2.656.689,43	617.106,31		617.106,31	2.656.689,43		2.039.583,12
23.1.2.4.1.1	EMPRÉSTIMOS NÃO EXCEPCIONADOS		2.180.750,78	441.355,69		441.355,69	2.180.750,78		1.739.395,09
23.1.2.4.1.1.01	Caixa Geral de Depósitos		259.050,17	64.442,79		64.442,79	259.050,17		194.607,38
23.1.2.4.1.1.02	Novo Banco		106.065,40	26.516,34		26.516,34	106.065,40		79.549,06
23.1.2.4.1.1.04	BPI		811.290,22	249.625,96		249.625,96	811.290,22		561.664,26
23.1.2.4.1.1.05	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo		147.304,80	36.826,20		36.826,20	147.304,80		110.478,60
23.1.2.4.1.1.06	Santander-Totta		793.347,63	48.021,26		48.021,26	793.347,63		745.326,37
23.1.2.4.1.1.08	BBVA		63.692,56	15.923,14		15.923,14	63.692,56		47.769,42
23.1.2.4.1.2	EMPRÉSTIMOS EXCEPCIONADOS		475.938,65	175.750,62		175.750,62	475.938,65		300.188,03
23.1.2.4.1.2.01	Caixa Geral de Depósitos		108.155,07	54.065,70		54.065,70	108.155,07		54.089,37
23.1.2.4.1.2.04	BPI		29.428,03	29.428,03		29.428,03	29.428,03		
23.1.2.4.1.2.05	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo		80.620,40	26.861,25		26.861,25	80.620,40		53.759,15
23.1.2.4.1.2.06	Santander-Totta		257.735,15	65.395,64		65.395,64	257.735,15		192.339,51
23.1.2.5	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS - COMPONENTE CURTO PRAZO		667.087,34	48.619,98		48.619,98	667.087,34		618.467,36
23.1.2.5.1	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS JUNTO DE APS		667.087,34	48.619,98		48.619,98	667.087,34		618.467,36
23.1.2.5.1.2	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		667.087,34	48.619,98		48.619,98	667.087,34		618.467,36
23.1.2.5.1.2.02.1	Não Excecionados		667.087,34	48.619,98		48.619,98	667.087,34		618.467,36
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	266.370,00	213.782,28	991.800,27	868.829,62	1.258.178,35	1.082.611,90	175.566,45	
24.1	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	4.425,00				4.425,00		4.425,00	
24.1.9	Outros	4.425,00				4.425,00		4.425,00	
24.2	RETEÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS		53.566,97	159.612,08	159.531,24	159.612,08	213.098,21		53.486,13
24.2.1	IRS Trabalho dependente		52.926,00	157.681,00	157.763,00	157.681,00	210.689,00		53.008,00
24.2.2	IRS Trabalho independente		640,97	1.775,08	1.612,24	1.775,08	2.253,21		478,13
24.2.5	IRS Pensionistas			156,00	156,00	156,00			
24.3	IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	261.953,08		199.017,97	185.192,09	460.971,05	185.192,09	275.778,96	
24.3.2	IVA - DEDUTÍVEL			60.173,20	60.173,20	60.173,20	60.173,20		
24.3.2.1	EXISTÊNCIAS			22.458,51	22.458,51	22.458,51	22.458,51		
24.3.2.1.1	AQUISIÇÕES NO TERRITÓRIO NACIONAL			22.458,51	22.458,51	22.458,51	22.458,51		
24.3.2.1.1.1	taxa 6%			15.656,28	15.656,28	15.656,28	15.656,28		
24.3.2.1.1.5	TAXA 23%			6.802,23	6.802,23	6.802,23	6.802,23		
24.3.2.2	IMOBILIZADO			15.725,42	15.725,42	15.725,42	15.725,42		
24.3.2.2.1	REGRA GERAL			12.586,49	12.586,49	12.586,49	12.586,49		
24.3.2.2.1.1	AQUISIÇÕES NO TERRITÓRIO NACIONAL			12.586,49	12.586,49	12.586,49	12.586,49		
24.3.2.2.1.1.6	TAXA 23%			12.586,49	12.586,49	12.586,49	12.586,49		
24.3.2.2.2	INVERSÃO DO SUJEITO PASSIVO			3.138,93	3.138,93	3.138,93	3.138,93		
24.3.2.2.2.1	AQUISIÇÕES NO TERRITÓRIO NACIONAL			3.138,93	3.138,93	3.138,93	3.138,93		
24.3.2.2.2.1.5	Taxa 6%			3.138,93	3.138,93	3.138,93	3.138,93		
24.3.2.3	OUTROS BENS E SERVIÇOS			21.989,27	21.989,27	21.989,27	21.989,27		
24.3.2.3.1	REGRA GERAL			21.989,27	21.989,27	21.989,27	21.989,27		
24.3.2.3.1.1	AQUISIÇÕES NO TERRITÓRIO NACIONAL			21.989,27	21.989,27	21.989,27	21.989,27		
24.3.2.3.1.1.5	Taxa 6%			8.466,54	8.466,54	8.466,54	8.466,54		
24.3.2.3.1.1.6	Taxa 23%			13.522,73	13.522,73	13.522,73	13.522,73		
24.3.3	IVA - LIQUIDADO			44.973,34	44.973,34	44.973,34	44.973,34		
24.3.3.1	OPERAÇÕES GERAIS			44.973,34	44.973,34	44.973,34	44.973,34		
24.3.3.1.1	REGRA GERAL			41.834,41	41.834,41	41.834,41	41.834,41		
	A TRANSPORTAR ...	25.631.273,27	29.069.916,32	21.077.073,07	18.340.806,45	46.708.346,34	47.410.722,77		702.376,43

ENTIDADE		BALANÇETE ANALITICO DO PLANO DA GERAL						DATA	ANO	PAGINA
M. CHAVES		PERIODO : Janeiro A Março						2019/06/04	2019	6
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERIODO		ACUMULADO		SALDO		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR	
	TRANSPORTE ...	26.112.693,60	32.131.436,73	45.159.948,34	41.856.246,98	71.272.641,94	73.987.683,71		2.715.041,77	
26.8.5.8.7	ADICAA - Associação Diplomados Curso Cefa		20,87				20,87		20,87	
26.8.5.8.8	ANTAL - Assoc. Mac. Tesoureiros Adm. Local		2,49	7,47	7,47	7,47	9,96		2,49	
26.8.5.8.9	Outros		16,76	50,60	52,26	50,60	69,02		18,42	
26.8.5.8.9.1	CPME - Caixa Previdência Ministério Educação		0,77	2,31	2,31	2,31	3,08		0,77	
26.8.5.8.9.2	STAS-Zona Norte-sind.téc.sup,téc,Admin.Auxiliares		4,64	14,24	15,24	14,24	19,88		5,64	
26.8.5.8.9.3	SINTESPA-Sindicato Nacional Trab. Estado Setor Público e Afins		11,35	34,05	34,71	34,05	46,06		12,01	
26.8.5.9	OUTROS	11,75	41.016,64	8.910,57	9.572,79	8.922,32	50.589,43		41.667,11	
26.8.5.9.1	Descontos de Vencimentos para Penhoras		1.859,95	4.508,50	4.158,08	4.508,50	6.018,03		1.509,53	
26.8.5.9.2	ATAM		81,41	244,23	243,97	244,23	325,38		81,15	
26.8.5.9.3	SEF(SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FROMEIRAS)		15,00	60,00	105,00	60,00	120,00		60,00	
26.8.5.9.4	CCD - Centro C. Desp. Trab. C.M.C.		948,54	1.866,44	2.824,59	1.866,44	3.773,13		1.866,69	
26.8.5.9.5	ADSE - LOJA CIDADÃO		7,50	15,00	8,75	15,00	16,25		1,25	
26.8.5.9.6	Conservatória dos registos Centrais				36,00		36,00		36,00	
26.8.5.9.7	Caixa Geral de Aposentações		13.718,27				13.718,27		13.718,27	
26.8.5.9.7.1	Remissão de Pensão por Acidente em Serviço		13.718,27				13.718,27		13.718,27	
26.8.5.9.8	cheques sem provisão	11,75				11,75		11,75		
26.8.5.9.9	Outros		24.385,97	2.196,40	2.196,40	2.196,40	26.582,37		24.385,97	
26.8.7	DGCI			6.277,86	6.277,86	6.277,86	6.277,86			
26.8.7.1	DGCI - TERCEIROS			3.138,93	3.138,93	3.138,93	3.138,93			
26.8.7.2	DGCI - OUTROS			3.138,93	3.138,93	3.138,93	3.138,93			
26.8.8	Outros devedores	180.350,03		2.551.990,00	2.462.833,55	2.732.340,03	2.462.833,55	269.506,48		
26.8.9	CREDORES DIVERSOS	2.249.313,14	2.581.683,72	1.669.511,54	1.599.972,75	3.918.824,68	4.180.656,47		261.831,79	
26.8.5.4	Cretores para encargos com cobrança de receitas			15.110,40	15.110,40	15.110,40	15.110,40			
26.8.9.6	GARANTIAS E CAUÇÕES EM PAPEL	2.249.313,14	2.249.313,14			2.249.313,14	2.249.313,14			
26.8.9.6.1	Fornecedores de bens e serviços correntes		79.995,22				79.995,22		79.995,22	
26.8.9.6.2	Fornecedores de Imobilizado		2.169.317,92				2.169.317,92		2.169.317,92	
26.8.9.6.9	Conta reflectida de garantias e caucões em papel	2.249.313,14				2.249.313,14		2.249.313,14		
26.8.9.8	CREDORES DO FUND. DE MANEIO			4.010,92	4.010,92	4.010,92	4.010,92			
26.8.9.9	Outros credores diversos		332.370,58	1.650.390,22	1.579.851,43	1.650.390,22	1.912.222,01		261.831,79	
26.9	Adiantamentos por contas de vendas		9.997,86	4.800,00	8.150,12	4.800,00	18.147,98		13.347,98	
26.9.2	Por conta de venda de Imobilizado		9.997,86	4.800,00	8.150,12	4.800,00	18.147,98		13.347,98	
26.9.2.1	Contratos em Execução		9.997,86	4.800,00	8.150,12	4.800,00	18.147,98		13.347,98	
27	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	7.931.048,42	50.633.584,01	350.955,98	1.858.652,55	8.282.004,40	52.492.236,56		44.210.232,16	
27.1	Acréscimos de proveitos	7.929.972,45			1.591.967,17	7.929.972,45	1.591.967,17	6.338.005,28		
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	7.929.972,45			1.591.967,17	7.929.972,45	1.591.967,17	6.338.005,28		
27.2	Custos diferidos	1.075,97			1.075,97	1.075,97	1.075,97			
27.2.9	Outros custos diferidos	1.075,97			1.075,97	1.075,97	1.075,97			
27.3	Acréscimos de custo		1.498.692,72	341.204,62		341.204,62	1.498.692,72		1.157.488,10	
27.3.1	Seguros a liquidar		23,30	23,30		23,30				
27.3.2	Remunerações a liquidar		1.157.488,10				1.157.488,10		1.157.488,10	
27.3.3	Juros a liquidar		3.061,82	3.061,82		3.061,82				
27.3.9	Outros acréscimos de custos		338.119,50	338.119,50		338.119,50				
27.4	Proveitos diferidos		49.134.891,29	9.751,36	265.609,41	9.751,36	49.400.500,70		49.390.749,34	
27.4.5	Subsídios para investimentos		49.125.139,93		265.609,41		49.390.749,34		49.390.749,34	
27.4.5.1	Administrações Públicas		499.823,02				499.823,02		499.823,02	
27.4.5.1.1	Estado		479.300,64				479.300,64		479.300,64	
	A TRANSPORTAR ...	36.473.416,94	36.262.867,79	49.742.701,00	47.535.156,92	86.216.117,94	83.798.024,71	2.418.093,23		

ENTIDADE	BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL						DATA	ANO	PÁGINA
	M. CHAVES		PERÍODO : Janeiro A Março				2019/03/01 a 2019/03/31		
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
	TRANSPORTE ...	25.893.226,35	29.927.730,62	39.019.569,30	35.983.474,86	64.912.795,65	65.911.205,48		998.409,83
26.2.2.2	Remunerações a pagar ao pessoal-c/ classe			1.558.424,68	1.558.424,68	1.558.424,68	1.558.424,68		
26.4	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA		37.850,00	75.700,00	37.850,00	75.700,00	75.700,00		
26.4.6	Freguesias		37.850,00	75.700,00	37.850,00	75.700,00	75.700,00		
26.8	DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS	2.649.142,17	4.788.596,59	8.743.002,40	8.354.214,12	11.392.144,57	13.142.810,71		1.750.666,14
26.8.1	DEVEDORES E CREDITORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS		212.173,71	26.895,96		26.895,96	212.173,71		185.277,75
26.8.1.2	CREDITORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		212.173,71	26.895,96		26.895,96	212.173,71		185.277,75
26.8.1.2.6	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL		149.416,50				149.416,50		149.416,50
26.8.1.2.6.1	FAM - CURTO PRAZO		99.611,00				99.611,00		99.611,00
26.8.1.2.6.2	FAM - M/L PRAZO		49.805,50				49.805,50		49.805,50
26.8.1.2.7	SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES REEMBOLSÁVEIS		62.757,21	26.895,96		26.895,96	62.757,21		35.861,25
26.8.1.2.7.2	SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES REEMBOLSÁVEIS - EXCEÇÕES AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 52.º DO RFALEI		62.757,21	26.895,96		26.895,96	62.757,21		35.861,25
26.8.1.2.7.2.1	CURTO PRAZO		29.137,29	26.895,96		26.895,96	29.137,29		2.241,33
26.8.1.2.7.2.2	MÉDIO E LONGO PRAZO		33.619,92				33.619,92		33.619,92
26.8.2	DEVEDORES DE TRANSFERÊNCIAS P/AS AUTARQUIAS LOCAIS	219.467,25		4.376.507,93	4.234.919,49	4.595.975,18	4.234.919,49	361.055,69	
26.8.2.1	Estado			4.038.408,36	4.020.408,36	4.038.408,36	4.020.408,36	18.000,00	
26.8.2.1.1	OE			3.983.445,00	3.983.445,00	3.983.445,00	3.983.445,00		
26.8.2.1.1.1	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA			174.420,86	174.420,86	174.420,86	174.420,86		
26.8.2.1.1.3	OUTROS			174.420,86	174.420,86	174.420,86	174.420,86		
26.8.2.1.1.3.1	PARTICIPAÇÃO NOS IMPOSTOS DO ESTADO			3.795.087,00	3.795.087,00	3.795.087,00	3.795.087,00		
26.8.2.1.1.3.2	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO			3.184.563,00	3.184.563,00	3.184.563,00	3.184.563,00		
26.8.2.1.1.3.3	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL			177.816,00	177.816,00	177.816,00	177.816,00		
26.8.2.1.1.3.3.1	PARTICIPAÇÃO NO IRS			335.727,00	335.727,00	335.727,00	335.727,00		
26.8.2.1.1.3.4	Art.º 35º n.º3 da Lei 73/2013			96.981,00	96.981,00	96.981,00	96.981,00		
26.8.2.1.1.9	OUTROS			13.937,14	13.937,14	13.937,14	13.937,14		
26.8.2.1.2	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS			54.963,36	36.963,36	54.963,36	36.963,36	18.000,00	
26.8.2.2	Município			24.300,00	24.300,00	24.300,00	24.300,00		
26.8.2.3	Fundos Comunitários	219.467,25		313.799,57	190.211,13	533.266,82	190.211,13	343.055,69	
26.8.2.3.1	FEDER	219.467,25		260.233,94	136.645,50	479.701,19	136.645,50	343.055,69	
26.8.2.3.3	FUNDO SOCIAL EUROPEU			53.565,63	53.565,63	53.565,63	53.565,63		
26.8.5	DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	11,75	1.994.739,16	111.819,11	51.210,47	111.830,86	2.045.949,63		1.934.118,77
26.8.5.3	DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA		80,00	440,00	475,00	440,00	555,00		115,00
26.8.5.4	CAUÇÕES E GARANTIAS		1.946.558,25	99.947,25	37.936,12	99.947,25	1.984.494,37		1.884.547,12
26.8.5.4.1	Cauções de Fornecimento de água		32.467,37				32.467,37		32.467,37
26.8.5.4.2	Cauções de Empreitadas e Fornecimentos		1.350.275,33	58.411,46	28.244,58	58.411,46	1.378.519,91		1.320.108,45
26.8.5.4.3	Cauções de Loteamento e obras		535.200,93	41.308,29	9.535,04	41.308,29	544.735,97		503.427,68
26.8.5.4.4	Cauções de Licenciamento Sanitário		7.022,20	227,50	156,50	227,50	7.178,70		6.951,20
26.8.5.4.5	Cauções de Transportes Escolares		15.878,72				15.878,72		15.878,72
26.8.5.4.7	Cauções de Gestão Comercial de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos		5.713,70				5.713,70		5.713,70
26.8.5.7	PARA FUNCIONÁRIOS E AUTARCAS		6.048,57		700,00		6.748,57		6.748,57
26.8.5.7.1	Emolumentos notariais		6.048,57		700,00		6.748,57		6.748,57
26.8.5.8	SINDICATOS		1.035,70	2.521,29	2.526,56	2.521,29	3.562,26		1.040,97
26.8.5.8.1	STAL - Sindicato Trabalhadores da Adm. Local		673,35	1.985,68	1.992,96	1.985,68	2.666,31		680,63
26.8.5.8.4	SINTAP - Sindicato Trabalhadores Adm. Pública		304,83	403,54	386,03	403,54	690,86		287,32
26.8.5.8.6	STFPN - Sindicato Trab. Função Pública do Norte		17,40	74,00	87,84	74,00	105,24		31,24
	A TRANSPORTAR ...	26.112.693,60	32.131.436,73	45.159.948,34	41.856.246,98	71.272.641,94	73.987.683,71		2.715.041,77

ENTIDADE	M. CHAVES	BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL				DATA	ANO	PÁGINA	
		PERÍODO : Janeiro A Março		2019/03/01 a 2019/03/31		2019/06/04	2019	8	
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
	TRANSPORTE ...	36.629.801,59	103.560.624,13	50.509.135,30	48.542.470,14	87.138.936,89	152.103.094,27		64.964.157,38
36.5.2	Lubrificantes	3.883,88		1.504,92	2.435,09	5.388,80	2.435,09	2.953,71	
36.5.2.1	Outros	3.883,88		1.504,92	2.435,09	5.388,80	2.435,09	2.953,71	
36.5.3	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	6.200,52		3.500,30	3.580,23	9.700,82	3.580,23	6.120,59	
36.5.4	Material de Escritório	19.013,97		1.259,74	5.695,67	20.273,71	5.695,67	14.578,04	
36.5.5	Artigos Para Oferta	7.372,27				7.372,27		7.372,27	
36.5.6	Limpeza, Higiene e Conforto	4.519,44		2.942,78	3.150,59	7.662,22	3.150,59	4.711,63	
36.5.9	Outros Fornecimentos	6.345,49		1.609,27	1.836,51	7.954,76	1.836,51	6.118,25	
36.5.9.1	Material de Educação Cultural e Recreio			25,00	25,00	25,00	25,00		
36.5.9.2	Produtos Químicos e Farmacêuticos	821,56		1.318,66	914,78	2.140,22	914,78	1.225,44	
36.5.9.3	Vestuario e Artigos Pessoais	5.523,93		265,61	896,73	5.789,54	896,73	4.892,81	
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS			4.234,05		4.234,05		4.234,05	
38.6	Materias-primas, subsidiárias e de consumo			4.234,05		4.234,05		4.234,05	
38.6.5	Material de Consumo			4.234,05		4.234,05		4.234,05	
38.6.5.4	Material de Escritório			4.234,05		4.234,05		4.234,05	
4	IMOBILIZADO	274.999.374,30	113.100.980,36	1.220.744,54	1.111.918,48	276.220.118,84	114.212.898,84	162007220,00	
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	6.303.507,43				6.303.507,43		6.303.507,43	
41.1	PARTES DE CAPITAL	5.377.008,43				5.377.008,43		5.377.008,43	
41.1.2	EMPRESAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1.350.000,00				1.350.000,00		1.350.000,00	
41.1.2.9	OUTRAS EMPRESAS	1.350.000,00				1.350.000,00		1.350.000,00	
41.1.3	EMPRESAS PRIVADAS OU COOPERATIVAS	3.937.572,17				3.937.572,17		3.937.572,17	
41.1.3.7	CRÉDITO AGRÍCOLA	500,00				500,00		500,00	
41.1.3.8	E.H.A.T.B., E.I.M., S.A	2.096.228,15				2.096.228,15		2.096.228,15	
41.1.3.9	OUTRAS	1.840.844,02				1.840.844,02		1.840.844,02	
41.1.3.9.8	OUTRAS	1.840.844,02				1.840.844,02		1.840.844,02	
41.1.3.9.8.01	EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.	551.452,36				551.452,36		551.452,36	
41.1.3.9.8.02	EÓLICA DO BARROSO, LDA.	15.106,86				15.106,86		15.106,86	
41.1.3.9.8.03	EÓLICA DA PADRELA, LDA.	13.970,59				13.970,59		13.970,59	
41.1.3.9.8.04	ATBERG - EÓLICAS DO ALTO TÂMEGA, LDA.	324.138,87				324.138,87		324.138,87	
41.1.3.9.8.05	EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIUDE, S.A.	4.537,77				4.537,77		4.537,77	
41.1.3.9.8.06	EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.	865.258,15				865.258,15		865.258,15	
41.1.3.9.8.07	EÓLICA DE ATILÃO, LDA.	66.379,42				66.379,42		66.379,42	
41.1.4	EMPRESAS DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO	89.436,26				89.436,26		89.436,26	
41.1.4.9	OUTRAS	89.436,26				89.436,26		89.436,26	
41.1.4.9.2	RESINORTE	89.436,26				89.436,26		89.436,26	
41.2	ORRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	926.499,00				926.499,00		926.499,00	
41.2.2	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	896.499,00				896.499,00		896.499,00	
41.2.3	ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	30.000,00				30.000,00		30.000,00	
41.2.3.1	FLAVIFORTE	5.000,00				5.000,00		5.000,00	
41.2.3.2	VIDAGUSTERMAS	20.000,00				20.000,00		20.000,00	
41.2.3.3	I.T.T	5.000,00				5.000,00		5.000,00	
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	124.802.755,85		225.435,00	230.088,10	125.028.190,85	230.088,10	124798102,75	
42.1	Terenos e recursos naturais	20.783.017,02		1.746,88	14.422,88	20.784.763,90	14.422,88	20.770.341,02	
42.2	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	93.633.773,28		202.816,50	209.952,24	93.836.589,78	209.952,24	93.626.637,54	
42.2.1	EDIFÍCIOS	78.506.137,72		1.796,55	121.496,91	78.507.934,27	121.496,91	78.386.437,36	
42.2.1.01	Habitação	7.338.699,97		528,16	36.263,11	7.339.228,13	36.263,11	7.302.965,02	
42.2.1.02	Instalações de Serviços	23.538.373,16				23.538.373,16		23.538.373,16	
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	6.378.227,54				6.378.227,54		6.378.227,54	
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	3.122.416,69				3.122.416,69		3.122.416,69	
	A TRANSPORTAR ...	106.141.778,97	103.560.624,13	50.526.461,40	46.609.854,22	156.668.240,37	152.170.478,35	4.497.762,02	

ENTIDADE	BALANÇETE ANALITICO DO PLANO DA GERAL						DATA	ANO	PAGINA
	PERIODO : Janeiro A Março						2019/06/04	2019	7
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERIODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
	TRANSPORTE ...	36.473.416,94	36.262.867,79	49.742.701,00	47.535.156,92	86.216.117,94	83.798.024,71	2.418.093,23	
27.4.5.1.1.9	Outros(OE)		479.300,64				479.300,64		479.300,64
27.4.5.1.1.9.02	IPLB		476.150,64				476.150,64		476.150,64
27.4.5.1.1.9.99	OUTRAS		3.150,00				3.150,00		3.150,00
27.4.5.1.2	Serviços e Fundos Autónomos		20.522,38				20.522,38		20.522,38
27.4.5.1.2.9	Outros		20.522,38				20.522,38		20.522,38
27.4.5.4	RESTO DO MUNDO		48.625.316,91		265.609,41		48.890.926,32		48.890.926,32
27.4.5.4.1	FEDER		42.389.207,51		260.233,94		42.649.441,45		42.649.441,45
27.4.5.4.3	FUNDO SOCIAL EUROPEU				5.375,47		5.375,47		5.375,47
27.4.5.4.9	OUTRAS		6.236.109,40				6.236.109,40		6.236.109,40
27.4.5.4.9.1	FEOGA		97.366,38				97.366,38		97.366,38
27.4.5.4.9.2	POLIS		4.067.140,51				4.067.140,51		4.067.140,51
27.4.5.4.9.3	FEADER		145.813,99				145.813,99		145.813,99
27.4.5.4.9.4	MARC		1.925.788,52				1.925.788,52		1.925.788,52
27.4.9	Outros proveitos diferidos		9.751,36	9.751,36		9.751,36		9.751,36	
27.4.9.9	Outras		9.751,36	9.751,36		9.751,36		9.751,36	
29	PROVISÕES		18.162.865,05				18.162.865,05		18.162.865,05
29.1	Para cobranças duvidosas		17.188.236,37				17.188.236,37		17.188.236,37
29.1.1	Clientes de água		1.167.385,48				1.167.385,48		1.167.385,48
29.1.2	Rendas de Habitação e Outras		166.173,60				166.173,60		166.173,60
29.1.3	Impostos Indirectos		15.703.020,21				15.703.020,21		15.703.020,21
29.1.9	Outras		151.657,08				151.657,08		151.657,08
29.2	Para riscos e encargos		974.628,68				974.628,68		974.628,68
29.2.1	Processos judiciais em curso		974.628,68				974.628,68		974.628,68
3	EXISTÊNCIAS	204.120,22		771.734,00	758.401,90	975.854,22	758.401,90	217.452,32	
31	COMERÇAS			396.927,35	370.708,85	396.927,35	370.708,85	26.218,50	
31.4	Água			260.937,98	261.056,40	260.937,98	261.056,40		118,42
31.6	Matérias-primas subsidiárias e de consumo			135.969,37	109.652,45	135.969,37	109.652,45	26.336,92	
31.6.1	Matérias-primas			12.404,49	10.020,83	12.404,49	10.020,83	2.383,66	
31.6.3	Material Diversos			41.423,51	39.627,94	41.423,51	39.627,94	1.795,57	
31.6.5	MATERIAIS DE CONSUMO			82.161,37	60.004,08	82.161,37	60.004,08	22.157,29	
31.6.5.1	COMBUSTÍVEIS			70.502,37	49.187,07	70.502,37	49.187,07	21.315,30	
31.6.5.1.1	GASOLINA			2.637,08	2.479,04	2.637,08	2.479,04	158,04	
31.6.5.1.2	GASÓLEO			67.693,69	46.536,43	67.693,69	46.536,43	21.157,26	
31.6.5.1.3	GÁS			171,60	171,60	171,60	171,60		
31.6.5.2	LUBRIFICANTES			1.714,51	1.504,92	1.714,51	1.504,92	209,59	
31.6.5.2.1	OUTROS			1.714,51	1.504,92	1.714,51	1.504,92	209,59	
31.6.5.3	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO			3.640,92	3.500,30	3.640,92	3.500,30	140,62	
31.6.5.4	MATERIAL DE ESCRITÓRIO			1.272,06	1.259,74	1.272,06	1.259,74	12,32	
31.6.5.6	LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO			2.996,49	2.942,78	2.996,49	2.942,78	53,71	
31.6.5.9	OUTROS FORNECIMENTOS			2.035,02	1.609,27	2.035,02	1.609,27	425,75	
31.6.5.9.1	MATERIAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E RECREIO			25,00	25,00	25,00	25,00		
31.6.5.9.2	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS			1.424,66	1.318,66	1.424,66	1.318,66	106,00	
31.6.5.9.3	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS			585,36	265,61	585,36	265,61	319,75	
32	MERCADORIAS			261.056,40	261.056,40	261.056,40	261.056,40		
32.4	Água			261.056,40	261.056,40	261.056,40	261.056,40		
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	204.120,22		109.516,20	126.636,65	313.636,42	126.636,65	186.999,77	
36.1	Matérias-primas	5.983,71		9.920,58	9.975,81	15.912,29	9.975,81	5.936,48	
36.3	Material Diversos	133.160,83		39.583,54	38.068,60	172.744,37	38.068,60	134.675,77	
36.4	Embalagens de Consumo	298,22			286,46	298,22	286,46	11,76	
36.5	Material de Consumo	64.677,46		60.004,08	78.305,78	124.681,54	78.305,78	46.375,76	
36.5.1	Combustíveis	16.941,89		49.187,07	61.607,69	65.128,96	61.607,69	4.521,27	
36.5.1.1	Gasolina			2.479,04	2.479,04	2.479,04	2.479,04		
36.5.1.2	Gasóleo	16.920,38		46.536,43	58.953,48	63.456,81	58.953,48	4.503,33	
36.5.1.3	Gás	21,51		171,60	175,17	193,11	175,17	17,94	
	A TRANSPORTAR ...	36.629.801,59	103.560.624,13	50.509.135,30	48.542.470,14	87.138.936,89	152.103.094,27	64.964.157,38	

ENTIDADE	BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL						DATA	ANO	PÁGINA
	PERÍODO : Janeiro A Março		2019/03/01 a 2019/03/31				2019/06/04	2019	10
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
	TRANSPORTE ...	173.582.336,23	103.560.624,13	51.180.737,70	49.252.184,21	224.763.073,93	152.812.808,34	71.950.265,59	
44.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimentos	91.960,00				91.960,00		91.960,00	
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	3.034.335,25		316.579,58	418.902,46	3.350.914,83	418.902,46	2.932.012,37	
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	3.034.335,25		316.579,58	418.902,46	3.350.914,83	418.902,46	2.932.012,37	
44.5.3.1	Viadutos arruamentos e obras complementares	2.077.269,44		199.886,84	59.650,55	2.277.156,28	59.650,55	2.217.505,73	
44.5.3.3	Sistema de Drenagem Águas Residuais	14.323,36		18.900,33		33.223,69		33.223,69	
44.5.3.5	Iluminação Pública	5.289,00				5.289,00		5.289,00	
44.5.3.8	Captação e Distribuição de Água	889.807,45		79.936,92	359.251,91	969.744,37	359.251,91	610.492,46	
44.5.3.9	Outros	47.646,00		17.855,49		65.501,49		65.501,49	
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	134.968.279,98		192.598,00	0,04	135.160.877,98	0,04	135160877,94	
45.1	Terrenos e recursos naturais	1.428.736,05				1.428.736,05		1.428.736,05	
45.3	Outras construções e infraestruturas	132.739.977,88		192.598,00	0,04	132.932.575,88	0,04	132932575,84	
45.5	Bens do património histórico, artist. e cultural	799.566,05				799.566,05		799.566,05	
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	113.100.980,36		55.015,62		55.015,62	113.100.980,36	113045964,74	
48.2	De imobilizações corpóreas	29.794.925,43		55.015,62		55.015,62	29.794.925,43	29.739.909,81	
48.2.2	Edifícios e outras construções	21.052.875,25		55.015,62		55.015,62	21.052.875,25	20.397.859,63	
48.2.2.1	Edifícios	16.105.542,59		55.015,62		55.015,62	16.105.542,59	16.050.526,97	
48.2.2.2	Outras construções	4.947.332,66				4.947.332,66		4.947.332,66	
48.2.3	Equipamento básico	3.404.296,49				3.404.296,49		3.404.296,49	
48.2.3.1	SOFTWARE	29.947,50				29.947,50		29.947,50	
48.2.3.9	OUTROS	3.374.348,99				3.374.348,99		3.374.348,99	
48.2.4	Equipamento de transporte	2.509.014,15				2.509.014,15		2.509.014,15	
48.2.5	Ferramentas e utensílios	160.965,33				160.965,33		160.965,33	
48.2.6	Equipamento administrativo	2.203.500,77				2.203.500,77		2.203.500,77	
48.2.6.1	SOFTWARE	601.057,97				601.057,97		601.057,97	
48.2.6.9	OUTROS	1.602.442,80				1.602.442,80		1.602.442,80	
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	464.273,44				464.273,44		464.273,44	
48.3	De imobilizações incorpóreas	2.525.953,48				2.525.953,48		2.525.953,48	
48.3.1	Despesas de instalação	1.190.712,11				1.190.712,11		1.190.712,11	
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	106.169,42				106.169,42		106.169,42	
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	1.229.071,95				1.229.071,95		1.229.071,95	
48.5	De bens de domínio público	80.780.101,45				80.780.101,45		80.780.101,45	
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	80.717.808,62				80.717.808,62		80.717.808,62	
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	62.292,83				62.292,83		62.292,83	
5	FUNDOS PROPRIOS	89.292.640,09		286.133,34	6.008.800,22	286.133,34	95.301.440,31	95.015.306,97	
51	PATRIMÓNIO	66.614.924,27					66.614.924,27	66.614.924,27	
55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS	4.445.393,68					4.445.393,68	4.445.393,68	
55.01	G.E.M.C, E.M.	1.345.000,00					1.345.000,00	1.345.000,00	
55.03	E.H.A.T.B., E.I.H., S.A	1.910.394,34					1.910.394,34	1.910.394,34	
55.05	RESIMORFE, S.A.	59.436,26					59.436,26	59.436,26	
55.06	BÓLICA SERRA DAS ALTURAS, SA	322.388,42					322.388,42	322.388,42	
55.07	BÓLICA DO BARROSO, LDA.	4.856,82					4.856,82	4.856,82	
55.08	BÓLICA DA PADRELA, LDA.	4.362,46					4.362,46	4.362,46	
55.09	ATBERG - BÓLICAS DO ALTO TÁMEGA E BARROSO, S.A.	313.594,09					313.594,09	313.594,09	
55.10	EMPREENHIMENTO EÓLICO DE VIARDE, LDA.	9.622,55					9.622,55	9.622,55	
55.11	BÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.	434.805,05					434.805,05	434.805,05	
	A TRANSPORTAR ...	311.676.911,46	287.680.988,75	51.744.930,90	49.671.086,71	363.421.842,36	337.352.075,46	26.069.766,90	

ENTIDADE	BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL						DATA	ANO	PÁGINA
	PERÍODO : Janeiro A Março		2019/03/01 a 2019/03/31				2019/06/04	2019	9
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
	TRANSPORTE ...	106.141.778,97	103.560.624,13	50.526.461,40	48.609.854,22	156.668.240,37	152.170.478,35	4.497.762,02	
42.2.1.05	Creches	415.528,99				415.528,99		415.528,99	
42.2.1.06	Escolas	18.842.668,14		205,67	84.171,08	18.842.873,81	84.171,08	18.758.702,73	
42.2.1.08	Outros	16.870.223,23		1.062,72	1.062,72	16.871.285,95	1.062,72	16.870.223,23	
42.2.2	OUTRAS CONSTRUÇÕES	15.127.635,56		201.019,95	88.455,33	15.328.655,51	88.455,33	15.240.200,18	
42.2.2.02	Sistemas de drenagem/tratamento de águas residuais	444.857,39		1.439,10	1.439,10	446.296,49	1.439,10	444.857,39	
42.2.2.03	Iluminação pública			492,00	492,00	492,00	492,00		
42.2.2.04	Parques e jardins	1.176.963,17				1.176.963,17		1.176.963,17	
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	4.951.879,75		93.991,54		5.045.871,29		5.045.871,29	
42.2.2.06	Captação e distribuição de água	2.899.233,71		105.097,30	13.128,17	3.004.331,01	13.128,17	2.991.202,84	
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	552.566,43		0,01	0,01	552.566,44	0,01	552.566,43	
42.2.2.10	Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos sólidos	1.721.375,44				1.721.375,44		1.721.375,44	
42.2.2.11	Cemitérios	154.877,32				154.877,32		154.877,32	
42.2.2.12	Outras	3.225.882,35			73.396,05	3.225.882,35	73.396,05	3.152.486,30	
42.3	Equipamento básico	3.872.558,84		1.965,02	1.236,21	3.874.523,86	1.236,21	3.873.287,65	
42.3.1	SOFTWARE	29.947,50				29.947,50		29.947,50	
42.3.9	OUTROS	3.842.611,34		1.965,02	1.236,21	3.844.576,36	1.236,21	3.843.340,15	
42.4	Equipamento de transporte	2.769.545,82		3.687,32		2.773.233,14		2.773.233,14	
42.5	Ferramentas e utensílios	184.662,25		1.602,73	711,77	186.264,98	711,77	185.553,21	
42.6	Equipamento administrativo	2.504.647,11		5.618,35	3.356,67	2.510.265,46	3.356,67	2.506.908,79	
42.6.1	SOFTWARE	711.189,98		2.952,00	2.952,00	714.141,98	2.952,00	711.189,98	
42.6.9	Outros	1.793.457,13		2.666,35	404,67	1.796.123,48	404,67	1.795.718,81	
42.9	Outras imobilizações corpóreas	1.054.551,53		7.998,20	408,33	1.062.549,73	408,33	1.062.141,40	
42.9.1	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	387.813,47		1.303,80		389.117,27		389.117,27	
42.9.9	Outras	666.738,06		6.694,40	408,33	673.432,46	408,33	673.024,13	
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	2.906.882,47		207.615,09		3.114.497,56		3.114.497,56	
43.1	Despesas de instalação	1.303.676,75		207.615,09		1.511.291,84		1.511.291,84	
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	363.016,90				363.016,90		363.016,90	
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	1.240.188,82				1.240.188,82		1.240.188,82	
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	6.017.948,57		540.080,83	881.830,34	6.558.029,40	881.830,34	5.676.199,06	
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	1.503.940,74		119.468,70	199.491,78	1.623.409,44	199.491,78	1.423.917,66	
44.2.2	Edifícios e outras construções	1.418.357,34		119.468,70	199.491,78	1.537.826,04	199.491,78	1.338.334,26	
44.2.2.1	Edifícios	517.253,38		61.286,51	82.344,50	578.539,89	82.344,50	496.195,39	
44.2.2.1.01	Habitação	12.597,66				12.597,66		12.597,66	
44.2.2.1.02	Instalações de serviços	192.840,58		4.591,55	4.591,55	197.432,13	4.591,55	192.840,58	
44.2.2.1.04	Mercados e instalações de fiscal.sanitária	3.210,30				3.210,30		3.210,30	
44.2.2.1.06	Escolas	56.915,27		460,07	460,07	57.375,34	460,07	56.915,27	
44.2.2.1.08	Outros edifícios	251.689,57		56.234,89	77.292,88	307.924,46	77.292,88	230.631,58	
44.2.2.2	Outras construções	901.103,96		58.182,19	117.147,28	959.286,15	117.147,28	842.138,87	
44.2.2.2.01	Viadutos,arruamentos e obras complementares			30.413,95		30.413,95		30.413,95	
44.2.2.2.02	Sistemas de drenagem/tratamento de águas residuais	752.800,83				752.800,83		752.800,83	
44.2.2.2.03	Iluminação pública	5.783,85				5.783,85		5.783,85	
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	108.028,23		1.183,02	95.174,56	109.211,25	95.174,56	14.036,69	
44.2.2.2.12	Outras	34.491,05		26.585,22	21.972,72	61.076,27	21.972,72	39.103,55	
44.2.6	Equipamento administrativo	85.583,40				85.583,40		85.583,40	
44.3	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	1.479.672,58		104.032,55	263.436,10	1.583.705,13	263.436,10	1.320.269,03	
44.3.1	Despesas de instalação	1.387.712,58		104.032,55	263.436,10	1.491.745,13	263.436,10	1.228.309,03	
	A TRANSPORTAR ...	173.582.336,23	103.560.624,13	51.180.737,70	49.252.184,21	224.763.073,93	152.812.808,34	71.950.265,59	

ENTIDADE	M. CHAVES	BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL				DATA	ANO	PÁGINA	
		PERÍODO : Janeiro A Março				2019/06/04	2019	11	
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
	TRANSPORTE ...	311.676.911,46	287.680.988,75	51.744.930,90	49.671.086,71	363.421.842,36	337.352.075,46	26.069.766,90	
55.12	EÓLICA DE APILHÓ, LDA.		40.933,69				40.933,69		40.933,69
57	RESERVAS		8.511.697,72		286.133,34		8.797.831,06		8.797.831,06
57.1	Reservas legais		1.307.309,28		286.133,34		1.593.442,62		1.593.442,62
57.4	Reservas livres		6.251.805,55				6.251.805,55		6.251.805,55
57.5	Subsídios		565.558,09				565.558,09		565.558,09
57.5.1	Administrações Públicas		565.558,09				565.558,09		565.558,09
57.5.1.3.1	FEDER		565.558,09				565.558,09		565.558,09
57.6	Doações		382.752,80				382.752,80		382.752,80
57.7	Reservas decorrentes da transferência de activos		4.272,00				4.272,00		4.272,00
59	RESULTADOS TRANSITADOS		9.720.624,42	286.133,34	5.722.666,88	286.133,34	15.443.291,30		15.157.157,96
6	CUSTOS			5.619.927,67	1.410.516,61	5.619.927,67	1.410.516,61	4.209.411,06	
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS			382.232,69	121.248,99	382.232,69	121.248,99	260.983,70	
61.2	Mercadorias			261.056,40	121.248,99	261.056,40	121.248,99	139.807,41	
61.2.4	Água			261.056,40	121.248,99	261.056,40	121.248,99	139.807,41	
61.6	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			121.176,29		121.176,29		121.176,29	
61.6.1	Matérias-primas			9.975,81		9.975,81		9.975,81	
61.6.3	Materiais diversos			38.068,60		38.068,60		38.068,60	
61.6.4	Embalagens de consumo			286,46		286,46		286,46	
61.6.5	Materiais de Consumo			72.845,42		72.845,42		72.845,42	
61.6.5.1	Combustíveis			60.381,38		60.381,38		60.381,38	
61.6.5.1.1	Gasolina			2.479,04		2.479,04		2.479,04	
61.6.5.1.2	Gasóleo			57.727,17		57.727,17		57.727,17	
61.6.5.1.3	Gás			175,17		175,17		175,17	
61.6.5.2	Lubrificantes			2.435,09		2.435,09		2.435,09	
61.6.5.2.1	Outros			2.435,09		2.435,09		2.435,09	
61.6.5.3	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido			3.580,23		3.580,23		3.580,23	
61.6.5.4	Material de Escritório			1.461,62		1.461,62		1.461,62	
61.6.5.6	Limpeza Higiene e Conforto			3.150,59		3.150,59		3.150,59	
61.6.5.9	Outros Fornecimentos e Serviços			1.836,51		1.836,51		1.836,51	
61.6.5.9.1	Material de Educação Cultura e Recreio			25,00		25,00		25,00	
61.6.5.9.2	Produtos Químicos e Farmacêuticos			914,78		914,78		914,78	
61.6.5.9.3	Vestuário e Artigos Pessoais			896,73		896,73		896,73	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			2.072.635,71	710.631,25	2.072.635,71	710.631,25	1.362.004,46	
62.1	Subcontratos			112.067,50	59.183,53	112.067,50	59.183,53	52.883,97	
62.1.09	Serviços Culturais, Recreativos e Espectáculos			112.067,50	59.183,53	112.067,50	59.183,53	52.883,97	
62.1.09.9	Outros			112.067,50	59.183,53	112.067,50	59.183,53	52.883,97	
62.2	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS			1.960.568,21	651.447,72	1.960.568,21	651.447,72	1.309.120,49	
62.2.11	Electricidade			676.233,70	253.414,73	676.233,70	253.414,73	422.818,97	
62.2.11.1	Iluminação Pública			468.604,29	128.026,68	468.604,29	128.026,68	340.577,61	
62.2.11.2	Instalações			207.629,41	125.388,05	207.629,41	125.388,05	82.241,36	
62.2.12	Combustíveis e Lubrificantes			38.727,92	1.191,86	38.727,92	1.191,86	37.536,06	
62.2.12.1	Gasóleo			308,01		308,01		308,01	
62.2.12.3	Outros			38.419,91	1.191,86	38.419,91	1.191,86	37.228,05	
62.2.12.3.1	Gás			38.288,91	1.191,86	38.288,91	1.191,86	37.097,05	
62.2.12.3.9	Outros			131,00		131,00		131,00	
62.2.13	Água			8.904,68	8.904,68	8.904,68	8.904,68		
62.2.15	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido			78,40		78,40		78,40	
62.2.16	Livros e documentação técnica			202,66		202,66		202,66	
62.2.17	Material de Escritório			4.752,66	4.151,61	4.752,66	4.151,61	601,05	
62.2.18	Artigos para oferta			6.337,71	233,70	6.337,71	233,70	6.104,01	
62.2.19	Rendas e Alugueres			7.652,35	860,19	7.652,35	860,19	6.792,16	
	A TRANSPORTAR ...	311.676.911,46	305.954.244,58	53.260.602,16	56.128.216,03	364.937.513,62	362.082.460,61	2.855.053,01	

ENTIDADE	BALANÇETE ANALÍTICO DO PLANO DA GERAL						DATA	ANO	PÁGINA
	PERÍODO : Janeiro A Março		2019/03/01 a 2019/03/31				2019/06/04	2019	12
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
	TRANSPORTE ...	311.676.911,46	305.954.244,58	53.260.602,16	56.128.216,03	364.937.513,62	362.092.460,61	2.855.053,01	
62.2.19.2	Edifícios			1.039,53		1.039,53		1.039,53	
62.2.19.4	Material de Transporte			731,85		731,85		731,85	
62.2.19.5	Equipamento			2.740,57	860,19	2.740,57	860,19	1.880,38	
62.2.19.9	Outros			3.140,40		3.140,40		3.140,40	
62.2.21	Despesas de representação			1.835,05		1.835,05		1.835,05	
62.2.22	Comunicação			40.310,98	10.595,77	40.310,98	10.595,77	29.715,21	
62.2.22.1	Comunicações Fixas			2.040,06		2.040,06		2.040,06	
62.2.22.2	Comunicações Móveis			2.853,58	96,68	2.853,58	96,68	2.756,90	
62.2.22.3	Internet			3.956,82	699,48	3.956,82	699,48	3.257,34	
62.2.22.4	Serviços Postais			30.583,63	9.528,21	30.583,63	9.528,21	21.055,42	
62.2.22.9	Outros			876,89	271,40	876,89	271,40	605,49	
62.2.23	Seguros			33.659,56	689,55	33.659,56	689,55	32.970,01	
62.2.25	Transportes de Mercadorias			1.322,23	263,07	1.322,23	263,07	1.059,16	
62.2.27	Deslocações e estadas			211,83		211,83		211,83	
62.2.29	Honorários			2.346,59	1.101,29	2.346,59	1.101,29	1.245,30	
62.2.32	Conservação e reparação			30.646,09	11.896,29	30.646,09	11.896,29	18.749,80	
62.2.32.1	Edifícios			0,02		0,02		0,02	
62.2.32.2	Equipamentos			944,60	231,24	944,60	231,24	713,36	
62.2.32.3	Viaturas			8.956,49	342,30	8.956,49	342,30	8.614,19	
62.2.32.9	Outros			20.744,98	11.322,75	20.744,98	11.322,75	9.422,23	
62.2.33	Publicidade e Propaganda			6.707,08	1.054,00	6.707,08	1.054,00	5.653,08	
62.2.34	Limpeza, higiene e conforto			4.706,25	1.485,84	4.706,25	1.485,84	3.220,41	
62.2.35	Vigilância e segurança			16.965,39		16.965,39		16.965,39	
62.2.36	Trabalhos especializados			631.312,92	230.564,50	631.312,92	230.564,50	400.748,42	
62.2.36.3	Serviços de Ensaio e Análises Técnicas			12.399,73	3.513,18	12.399,73	3.513,18	8.886,55	
62.2.36.6	Contratos de Manutenção e Assistência Técnica			17.249,48	6.096,50	17.249,48	6.096,50	11.152,98	
62.2.36.9	Outros Trabalhos Especializados			601.663,71	220.954,82	601.663,71	220.954,82	380.708,89	
62.2.37	Transportes Escolares			145.105,74	27.661,52	145.105,74	27.661,52	117.444,22	
62.2.38	Transportes de Pessoas			6.644,08	307,40	6.644,08	307,40	6.336,68	
62.2.40	Publicação e Informação em Órgãos de Comunicação			2.660,86	312,48	2.660,86	312,48	2.348,38	
62.2.41	Material de educação cultura e recreio			737,25		737,25		737,25	
62.2.42	Material honorífico e de representação			1.303,80	1.303,80	1.303,80	1.303,80		
62.2.43	Alimentação roupas e calçado			4.347,84		4.347,84		4.347,84	
62.2.44	Material de transporte			11,54		11,54		11,54	
62.2.45	Recolha e tratamento de resíduos sólidos			205.167,10	77.033,56	205.167,10	77.033,56	128.133,54	
62.2.90	Encargos de cobrança			15.110,40	5.044,63	15.110,40	5.044,63	10.065,77	
62.2.98	Outros fornecimentos e serviços			66.565,55	13.377,25	66.565,55	13.377,25	53.188,30	
62.2.98.5	Serviços do âmbito das Competências das ALS			66.565,55	13.377,25	66.565,55	13.377,25	53.188,30	
62.2.98.5.9	Outros			66.565,55	13.377,25	66.565,55	13.377,25	53.188,30	
63	TRANSF. E SUBSÍD. CORR. CONCEDIDOS E PREST. SOCIAIS			519.360,14	326.767,03	519.360,14	326.767,03	192.593,11	
63.1	Transferências correntes concedidas			519.360,14	326.767,03	519.360,14	326.767,03	192.593,11	
63.1.3	Administração Autárquica			54.529,20	22.850,00	54.529,20	22.850,00	31.679,20	
63.1.3.1	Associações de Municípios			31.679,20		31.679,20		31.679,20	
63.1.3.6	Freguesias			22.850,00	22.850,00	22.850,00	22.850,00		
63.1.6	Outros Sectores Institucionais			464.830,94	303.917,03	464.830,94	303.917,03	160.913,91	
63.1.6.1	Instituições Sem Fins Lucrativos			456.199,81	303.917,03	456.199,81	303.917,03	152.282,78	
63.1.6.2	Famílias			8.631,13		8.631,13		8.631,13	
63.1.6.2.1	Ação Social			3.924,00		3.924,00		3.924,00	
63.1.6.2.9	Outros			4.707,13		4.707,13		4.707,13	
64	CUSTOS COM O PESSOAL			2.057.893,70	126.312,52	2.057.893,70	126.312,52	1.931.581,18	
	A TRANSPORTAR ...	311.676.911,46	305.954.244,58	55.005.232,78	56.838.534,20	366.682.204,24	362.792.778,78	3.889.425,46	

Anexo 3 – Relatório da Modificação do Orçamento da Despesa

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
Município de Chaves		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 7	NÚMERO 6 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2019		DATA DE APROVAÇÃO 2019/06/11	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA				O B S
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
				INSCRIÇÕES / REPOZOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
01		ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA				
0102		CÂMARA MUNICIPAL				
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS				
	020101	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS				
	02010101	Matérias Primas	4.500,00		1.000,00	3.500,00
	020121	OUTROS BENS				
	02012199	Outros	50.700,00	1.000,00		51.700,00
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020201	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES				
	02020102	Electricidade	878.660,66		3.000,00	875.660,66
	020208	Locação de Outros Bens	25.302,93	1.000,00		26.302,93
	020211	Representação dos Serviços	5.500,00	2.000,00		7.500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
	070103	EDIFÍCIOS				
	07010307	Outros	3.510.543,99	9.292,59		3.519.836,58
	070107	Equipamento de Informática	249.570,28		10.512,75	239.057,53
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO				
	07011002	Outros	426.771,44	1.220,16		427.991,60
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS				
	07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.913.543,60	23.996,54		6.937.540,14
	07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	258.978,90		20.000,00	238.978,90
	07030313	Outros	132.503,17		3.996,54	128.506,63
TOTAL ...			12.456.574,97	38.509,29	38.509,29	12.456.574,97
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ...					4.000,00	4.000,00
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...					34.509,29	34.509,29

Em ____ de _____ de ____

Aprovada em reunião de _____

O Presidente da Câmara,
no uso de competências delegadas

Os Vereadores,

Anexo 4 – CIBE

7094

DIÁRIO DA REPÚBLICA — II SÉRIE

N.º 91 — 17 de Abril de 2000

Classe	Tipo de bem	Bem	Bem subsc	Taxa de amortização anual (porcentagem)
		09	Motores	12,5
		10	Tambores e grelhas mecânicas de separação de sólidos	12,5
		99	Outro equipamento de uso específico	12,5
		02	Equipamento para os sistemas de desinfecção:	
		01	Bombas dosadoras de hipoclorito de sódio	14,28
		02	Clorímetros	20
		03	Clorímetros	20
		04	Reatores de ultravioletas	20
		99	Outro equipamento de uso específico	14,28
			Área de resíduos sólidos:	
		03	Equipamento de valorização energética (incineração e biogás):	
		00	Equipamento de valorização energética (incineração e biogás):	
		01	Caldreiras e sobreaquecedores	14,28
		02	Desgasificadores e reatores	14,28
		03	Fontes rotárias	12,5
		04	Separadores magnéticos	16,66
		05	Transportadores de resíduos	12,5
		06	Trensos de alimentação e remoção	12,5
		07	Ventiladores	12,5
		99	Outro equipamento de uso específico	12,5
		04	Equipamento de valorização biológica (compostagem e dig. anaeróbica):	
		01	Compressores	25
		02	Gasómetros	6,25
		03	Mossas densimétricas	14,28
		04	Tapetes transportadores	12,5
		05	Tritadores	14,28
		06	Ventiladores	12,5
		99	Outro equipamento de uso específico	12,5
		05	Equipamento de valorização multimaterial:	
		01	Contentores	7,14
		02	Equipamento de enfardamento	12,5
		03	Equipamento de transporte e recolha	12,5
		99	Outro equipamento de uso específico	12,5
		06	Equipamento de movimentação, compactação, prensagem e confinamento de resíduos:	
		01	Equipamento de monitorização da qualidade das águas subterrâneas, do solo e do ar	16,66
		02	Máquinas de movimentação	12,5
		03	Prensas	6,25
		04	Queimadores de biogás	10
		05	Tapetes transportadores	12,5
		99	Outro equipamento de uso específico	12,5
		07	Equipamento de tratamento de efluentes:	
		99	Equipamento de uso específico	12,5
		08	Área de emissões atmosféricas:	
		00	Equipamento de tratamento de gases:	
		01	Equipamento de absorção e poluentes gasosos	12,5
		02	Incineradores de gases	14,28
		03	Lavadores de gases	12,5
		04	Precursores eletrostáticos	16,66
		05	Ventiladores	12,5
		99	Outro equipamento de uso específico	12,5
		09	Equipamento de monitorização da qualidade do ar:	
		99	Equipamento de uso específico	12,5
118	00	00	Outros bens:	
		01	Artigos de joalharia:	
		01	Artefactos em/com pedras e metais preciosos	-
		02	Artigos eclesiais:	
		01	Mobiliário e equipamento religioso	12,5
		02	Utensílios de culto	12,5
		03	Vestário litúrgico	20
		99	Outros artigos e utensílios de uso específico	12,5

Classe	Tipo de Item	Item	Item subitem	Taxa de amortização anual (porcentagem)
	03	00	Artigos funerários:	
		01	Carros para urnas	12,5
		02	Outros artigos funerários para uso específico	14,28
	04	00	Heráldica e honorífica:	
		01	Hastes, mastros e lanças	10
		02	Bandeiras, guilões, galhardetes, fíbulas e estandartes	12,5
		03	Taças e medalhas (inclui as que se integram no código 06.06.00)	10
		99	Outros	10
	05	00	Equipamento publicitário:	
		01	Caixas de sinais	12,5
		02	Cofres para arramação de sinais	12,5
		03	Insignias	12,5
		04	Placas de identificação	12,5
		99	Quadros de sinais	12,5
	06	00	Equipamento de barbearia:	
		01	Máquinas, aparelhos e utensílios	20
		02	Mobiliário de uso específico	12,5
		03	Roupas	50
		99	Outros	12,5
	07	00	Máquinas, aparelhos e ferramentas:	
		01	Aparelhagem e máquinas eletrónicas	20
		02	Equipamento de energia solar	7,14
		03	Ferramentas e utensílios	25
99		Material de química	14,28	
08	00	Elementos diversos:		
	01	Encarados	50	
	02	Filmes, discos, cassetes	25	
	03	Moldes, matrizes, formas e cunhas	25	
	04	Taras e vasilhames:		
		De madeira	20	
	05	De metal	14,28	
	06	De outros materiais	33,33	

Classe	Tipo de Item	Item	Veículo	Taxa de amortização anual (porcentagem)
201	00	00	Gasolina:	
		01	Ligeiros de passageiros:	
	01	01	Até 1000 de cilindrada	10,66
		02	Mais de 1000 até 1300	10,66
		03	De 1301 até 1600	10,66
		04	De 1601 até 1800	12,5
		05	De 1801 a 2000	12,5
		06	Mais de 2000	12,5
	02	00	Mistos:	
		01	Até 1500 de cilindrada	10,66
		02	Mais de 1500 até 2000	10,66
		03	De 2001 a 3000	12,5
	03	00	De carga:	
		01	Até 1500 de cilindrada	10,66
		02	Mais de 1500 até 2000	10,66
		03	De 2001 a 3000	12,5
	04	Mais de 3000	12,5	

Anexo 5 – Informação do Balanço à Tesouraria e respetivos quadro em anexo.



MUNICÍPIO DE CHAVES
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA
INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº28/DGF/2018

Despacho - Diretor de Departamento	Despacho - Titular do Cargo Político
Despacho - Chefe de Divisão	

Assunto:	Norma de Controlo Interno – Balanço à Tesouraria
-----------------	---

I – Fundamentação

- a) Considerando o ponto 2.9.10.1.9 do POCAL, bem como o disposto nos art.ºs 42º e 43º da atual Norma de Controlo Interno do Município de Chaves, o estado da responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda deve ser verificado na presença daquele ou seu substituto, através de contagem física do numerário e documentos sob a responsabilidade, a realizar pelos responsáveis designados para o efeito;
- b) Este balanço à Tesouraria deverá ocorrer nas seguintes situações:
 - Trimestralmente e sem aviso prévio;
 - No encerramento das contas de cada exercício económico;
 - No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substitui, no caso de aquele ter sido dissolvido;
 - Quando for substituído o tesoureiro.
- c) Nos termos do ponto 2.9.10.1.10., do POCAL, deverão ser lavrados termos de contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos intervenientes e, obrigatoriamente, pelo presidente do órgão executivo, pelo dirigente para o efeito designado e pelo tesoureiro.



MUNICÍPIO DE CHAVES

II – Proposta:

- a) Nos termos do disposto no 2.9.3. do POCAL, compete ao órgão executivo aprovar e manter em funcionamento o sistema de controlo interno adequado às atividades do Município, assegurando o seu acompanhamento e avaliação permanente;
- b) No âmbito do referido controle e verificação, importa assegurar a ocorrência dos pontos de verificação obrigatórios, no caso concreto, no setor “Disponibilidades”, devendo, para o efeito, promover-se a realização da verificação do estado de responsabilidade do tesoureiro – Balanço à Tesouraria;
- c) No seguimento dos pontos anteriores, e nos termos da alínea c), ponto 1 e ponto 3, do art.º 23, da Norma de Controlo Interno do Município de Chaves, proponho a realização do Balanço à Tesouraria, para o qual deverão ser nomeados os seguintes colaboradores como responsáveis pela supervisão e contagem:
 - Supervisor: Márcia B. Santos: Chefe de Divisão de Gestão Financeira;
 - Responsável pela contagem: Melanie Baptista, Assistente Técnica;
 - Tesoureiras: Marta da Concelção Moura; Madalena Sá.
- d) O referido procedimento terá lugar, no dia após o fecho diário da Tesouraria e para o efeito serão utilizados os mapas modelo em anexo, bem como outros instrumentos auxiliares diretamente extraídos da aplicação informática que suporta os procedimentos contabilísticos inerentes ao setor.

Chaves, 30 de julho de 2019

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira,

(Dra. Márcia Santos)

Mapa Discriminativo da contagem de Dinheiro		
Moedas/Notas	Quantidade	Valor
1 cent		
2 cent		
5 cent		
10 cent		
20 cent		
50 cent		
1,00 €		
2,00 €		
5,00 €		
10,00 €		
20,00 €		
50,00 €		
100,00 €		
200,00 €		
500,00 €		
TOTAL		

O responsável pela contagem ¹

1 assinatura, identificação e qualidade em que intervém, de forma bem legível (2.9.6 do POCA)

Mapa discriminativo da contagem de vales de correio não descontados e outros valores:		
Descrição	Valor	Documento de Receita - tipo e número
TOTAL		

O responsável pela contagem ¹

1 assinatura, identificação e qualidade em que intervém, de forma bem legível (2.9.6 do POCA)

Mapa da contagem de cheques não depositados				
N.º de Cheques	Banco	Valor	Documento de Receita - Tipo e n.º	Data do Cheque
SOMA				

O responsável pela contagem ¹

1 assinatura, identificação e qualidade em que intervém, de forma bem legível (2.9.6 do POCA)

Anexo 6 – Auto de Abate

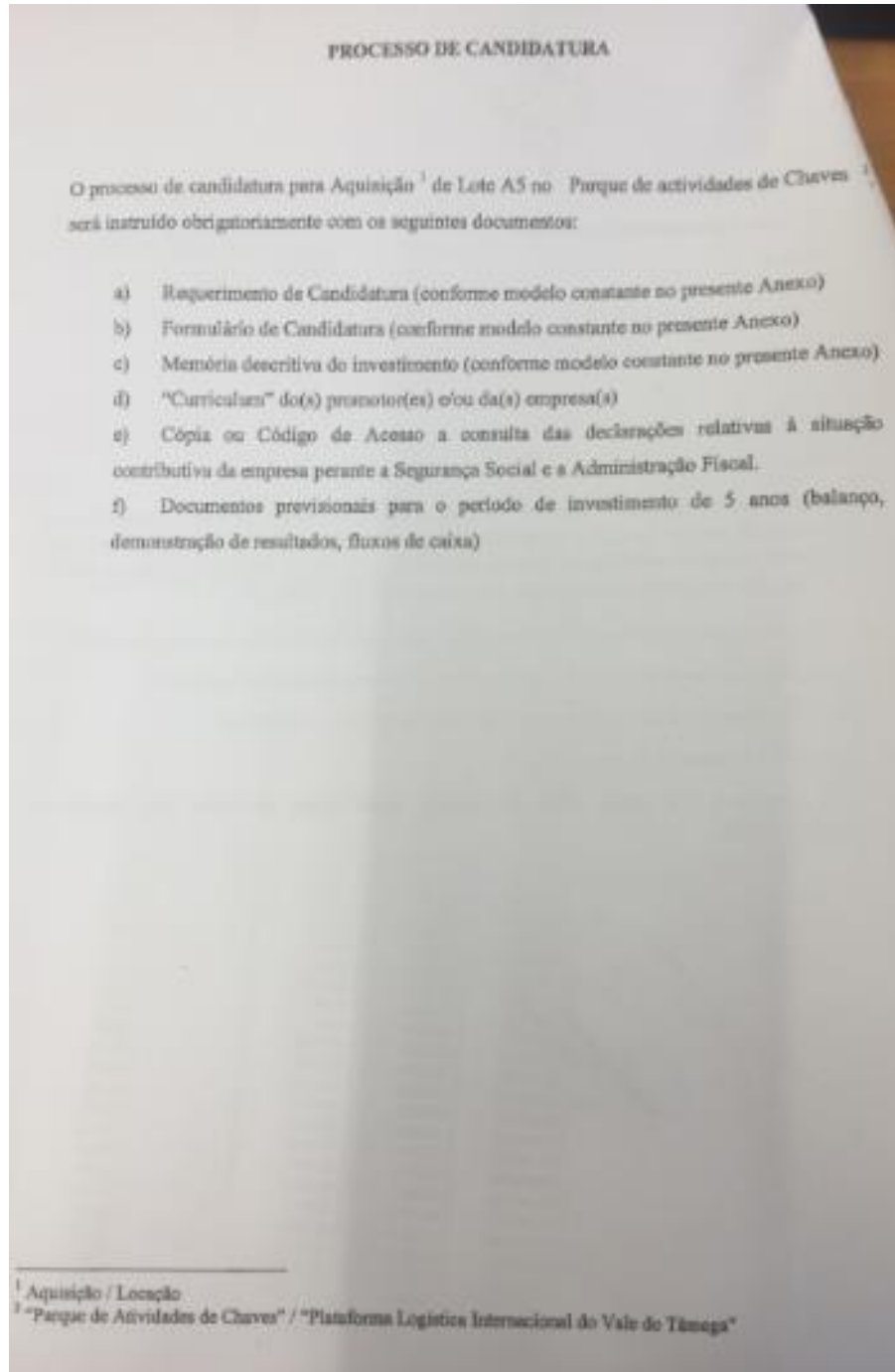
09:20 2019/10/14 REGISTO DE AUTOS Pag. 1

Registo de Autos

Tipo Auto : A Abate Emissão : 2019/10/09 / granjo
 N. Auto : 16 / 2019 Tipo Abate : Conferência : 2019/10/09 / granjo
 Despacho : Nova Situação Bem : AB N.Lançamento: NLC / 2019 / 8052
 Responsável :
 Observações : VENDA DA ESCOLA PRIMARIA DO COUTO, ARTG 740, ESCRITURA DE 2/09/2019, N
 LIVRO 85, FLS 41 A 43.

Tipo	Nº Inv.	Identificação do Bem	Novo Local	Valor líquido	Valor do
Aba.		Descrição	Uni.Org. Compartin.	do Bem	Abate
07	13661	Escola Básica do Couto de Ervededo		54.565,78	54.565,78
		Conta de Abate : 69.4.2.2 Edifícios e Outras Construcões			
		Tipo Abate : Alienação de Imobilizações Corporias			
		Local Actual			
		Unidade Orgânica : GAPV Gab. Apoio Presidência e Vereação	Conta de Analítica : 93.02.02.83		
		Compartimento :	ESCOLA DA TORRE DO COUTO		
		Local Novo :	Conta de Analítica :		
		Observações :			
13	13662	Terreno da Escola Básica do Couto de Ervededo		2.784,00	2.784,00
		Conta de Abate : 79.4.2.1 Terrenos e Recursos Naturais			
		Tipo Abate : Alienação de Imobilizações Corporias			
		Local Actual			
		Unidade Orgânica : GAPV Gab. Apoio Presidência e Vereação	Conta de Analítica : 93.02.02.83		
		Compartimento :	ESCOLA DA TORRE DO COUTO		
		Local Novo :	Conta de Analítica :		
		Observações :			
07	13661	Escola Básica do Couto de Ervededo		54.565,78	54.565,78
		Conta de Abate : 69.4.2.2 Edifícios e Outras Construcões			
		Tipo Abate : Alienação de Imobilizações Corporias			
		Local Actual			
		Unidade Orgânica : GAPV Gab. Apoio Presidência e Vereação	Conta de Analítica : 93.02.02.83		
		Compartimento :	ESCOLA DA TORRE DO COUTO		
		Local Novo :	Conta de Analítica :		
		Observações :			
13	13662	Terreno da Escola Básica do Couto de Ervededo		2.784,00	2.784,00
		Conta de Abate : 79.4.2.1 Terrenos e Recursos Naturais			
		Tipo Abate : Alienação de Imobilizações Corporias			
		Local Actual			
		Unidade Orgânica : GAPV Gab. Apoio Presidência e Vereação	Conta de Analítica : 93.02.02.83		
		Compartimento :	ESCOLA DA TORRE DO COUTO		
		Local Novo :	Conta de Analítica :		
		Observações :			

Anexo 7 – Formulário de Candidatura



REQUERIMENTO DE CANDIDATURA

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Chaves
Largo de Camões
5400 -150 Chaves

Camilo Vazquez Mosquera _____, natural da Freguesia
de Panton _____ Concelho de Panton _____
_____, portador(a) do Bilhete de Identidade XXXXXXXXXX
nascido(a) a 1 / 11 / 1950 n.º _____
emitido em ____ / ____ / _____, pelo arquivo de identificação de _____
titular do Cartão do Cidadão n.º _____ Válido até ____ / ____ / _____

vem requerer a V. Ex.^a a apreciação da presente candidatura à instalação de uma unidade
empresarial no lote A5 no Parque de Actividades de Chaves ¹, anexando-se para o efeito o
formulário de candidatura, a memória descritiva do investimento, o "curriculum" do(s)
promotor(es) e/ou da(s) empresa(s) e respectivas declarações ou Código de Acesso à Segurança
Social e DGCI.

¹Parque de Actividades de Chaves" / "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega"

PLANO GLOBAL DE FINANCIAMENTO DO PROJECTO

Promotora: S.F.A.B. - SOCIEDADE DE FABRICO DE ADUBOS BIOLÓGICOS LDA
 Projecto: 1,11111111111111E+35
 Valores em: EUR

$$V_n = 100 + CF(1+i)^n$$

Plano de Financiamento

INVESTIMENTO	Totais	2019	2020	2021
Capital Fixo	586.277,80	156.009,80	430.268,00	0,00
Fundo de Manobra	99.940,23	10.000,00	90.000,00	0,00
Total Investimento	686.277,80	166.009,80	520.268,00	0,00
FINANCIAMENTO	Totais	2019	2020	2021
Capital Próprio				
Capital Realizado	186.277,80	150.975,20	35.302,60	0,00
Total Capital Próprio+Autofinanciamento	186.277,80	150.975,20	35.302,60	0,00
Capital Alheio				
Financiamentos Não Correntes (+Obrigações)	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00
Sócios/Suprimentos	100.000,00	10.000,00	90.000,00	0,00
Total Capital Alheio	500.000,00	10.000,00	490.000,00	0,00
Total Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Financiamento	686.277,80	160.975,20	525.302,60	0,00
Saldo (Financiamento - Investimento)		-5.034,60	5.034,60	0,00
Saldo Acumulado		-5.034,60	0,00	0,00

686.277,80 12

SUBSÍDIOS A FUNDO PERDIDO	2019	2020	2021
Valor de Subsídios a Fundo Perdido	0,00	0,00	0,00
Valor acumulado Subsídios a Fundo Perdido	0,00	0,00	0,00
Cálculos anexos	2019	2020	2021
Investimento em capital fixo	156.009,80	280.268,00	0,00
Valor acumulado investimento em Capital Fixo	156.009,80	436.277,80	436.277,80
% Investimento financiado por Subsídios a Fundo Perdido	0,00%	0,00%	0,00%
Total das Depreciações do Capital Fixo	0,00	45.200,17	45.200,17

BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PREVISIONAIS

GAP / 2019, DAF, E, G, 6330 de

Promotora: S.F.A.B. - SOCIEDADE DE FABRICO DE ADUBOS BIOLÓGICOS LDA
 Projecto: 1,11111111111111E+35

Valores em: EUR

Balanços Previsionais

ACTIVO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ACTIVO NÃO CORRENTE	156.009,80	541.077,63	495.877,47	450.677,30	411.143,80	372.235,30
Activos fixos tangíveis	0,00	232.234,50	198.701,00	165.167,50	131.634,00	98.725,50
Propriedades de investimento	153.509,80	297.509,80	291.509,80	285.509,80	279.509,80	273.509,80
Activos intangíveis	2.500,00	11.333,33	5.666,67	0,00	0,00	0,00
Depreciações e Perdas por Imparidade acumuladas	0,00	45.200,17	90.400,33	135.600,50	175.134,00	214.042,50
ACTIVO CORRENTE	4.965,40	112.731,62	108.944,56	104.433,72	138.310,65	171.047,30
Inventários	0,00	7.931,51	12.690,41	14.276,71	14.276,71	14.276,71
Inventários de matérias-primas e subsidiárias	0,00	1.099,32	1.758,90	1.978,77	1.978,77	1.978,77
Inventários de produtos acabados e intermédios	0,00	6.832,19	10.931,51	12.297,95	12.297,95	12.297,95
Clientes	0,00	20.496,56	32.794,52	36.893,84	36.893,84	36.893,84
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	45,31	0,00	828,83	7.732,01	12.926,33	13.781,54
Caixa e depósitos bancários	4.920,09	84.303,54	62.630,80	45.531,16	74.213,77	106.095,22
TOTAL DO ACTIVO	160.975,20	653.809,25	604.822,03	555.111,02	549.454,45	543.282,61

CAPITAL PRÓPRIO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Capital Realizado	150.975,20	186.277,80	186.277,80	186.277,80	186.277,80	186.277,80
Reservas, Resultados Transitados e outros	0,00	0,00	4.157,30	42.940,06	107.776,89	176.903,33
Resultado Líquido do Período	0,00	4.157,30	38.782,76	64.836,84	69.126,44	70.526,09
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	150.975,20	190.435,10	229.217,86	294.054,69	363.181,13	433.707,22
PASSIVO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PASSIVO NÃO CORRENTE	10.000,00	427.415,50	303.734,71	178.941,08	103.017,80	25.947,81
Financiamentos obtidos	0,00	327.415,50	253.734,71	178.941,08	103.017,80	25.947,81
Accionistas / sócios	10.000,00	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE	0,00	35.958,66	71.869,47	82.115,25	83.255,52	83.627,58
Fornecedores	0,00	9.416,17	15.065,88	16.949,11	16.949,11	16.949,11
Estado e outros entes públicos	0,00	26.542,49	56.803,59	65.166,14	66.306,41	66.678,47
TOTAL DO PASSIVO	10.000,00	463.374,15	375.604,17	261.056,33	186.273,32	109.575,39
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	160.975,20	653.809,25	604.822,03	555.111,02	549.454,45	543.282,61

Demonstração dos Resultados Previsionais

RENDIMENTOS E GASTOS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Vendas e serviços prestados	0,00	249.375,00	399.000,00	448.875,00	448.875,00	448.875,00
Variação nos inventários da produção	0,00	6.832,19	4.099,32	1.366,44	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	-26.750,00	-42.800,00	-48.150,00	-48.150,00	-48.150,00
Fornecimentos e serviços externos	0,00	-49.625,63	-79.401,00	-89.326,13	-89.326,13	-89.326,13
Gastos com o pessoal	0,00	-123.866,67	-182.200,00	-182.200,00	-182.200,00	-182.200,00
Resultado antes depreciação, gastos financ. e impostos	0,00	55.964,90	98.698,32	130.565,31	129.198,88	129.198,88
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	0,00	-45.200,17	-45.200,17	-45.200,16	-39.533,50	-38.906,50
Imparidade de investimentos deprecáveis / amortizáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional	0,00	10.764,73	53.498,15	85.365,15	89.665,38	90.292,38
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	-5.502,33	-4.406,05	-3.293,21	-2.163,56	-1.016,84
Resultado antes de impostos	0,00	5.262,40	49.092,10	82.071,94	87.501,82	89.273,53
Impostos sobre o rendimento do período	0,00	-1.105,10	-10.309,34	-17.235,11	-18.375,38	-18.747,44
Resultado líquido do período	0,00	4.157,30	38.782,76	64.836,84	69.126,44	70.526,09

$$CF = RL + Dep +$$

$$- 586.277,20 - 166.009,50(1+0,03)^A +$$

ANALISE A VIABILIDADE DO PROJECTO

Promotora: S.F.A.B. - SOCIEDADE DE FABRICO DE ADUBOS BIOLOGICOS LDA
 Projecto: 1,11111111111111E+35

Valores em: EUR

MAPA DE CASH-FLOW										
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Resultado Operacional (EBIT) x (1-IRC)	0,00	8.504,14	42.263,54	67.438,47	70.835,65	71.329,40	71.329,40	71.329,40	71.329,40	97.327,11
Gastos de depreciação e de amortizações	0,00	45.200,17	45.200,17	45.200,16	39.533,50	38.908,50	38.908,50	38.908,50	38.908,50	6.000,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cash-flow de Exploração	0,00	53.704,31	67.463,70	112.638,63	110.369,15	110.237,90	110.237,90	110.237,90	110.237,90	103.327,11
Investimento em Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Residual em Propriedades de Investimento	153.509,80	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em Activos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.509,80
Valor Residual do Investimentos em Activos Fixos Tangíveis	0,00	265.768,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Residual do Investimento em Activos Intangíveis	2.500,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em Fundo de Maneio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Residual do Investimento em Fundo Maneio	45,31	-7.575,89	-18.025,13	2.343,01	4.054,05	483,15	82,55	130,34	12,78	-6.910,79
Investimento Financeiro + Investimento em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Residual Invest. Financeiro + Invest. em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.360,62
Desinvestimento (Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cash-flow de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Residual (totais)	156.055,11	422.692,11	-18.025,13	2.343,01	4.054,05	483,15	82,55	130,34	12,78	-6.910,79
Cash-flow Líquido sem Valor Residual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cash-flow Líquido com Valor Residual	-156.055,11	-368.987,81	105.488,83	110.295,62	106.315,09	109.754,75	110.155,35	110.107,56	110.225,12	110.237,90
Cash-flow Líquido com Valor Residual	-156.055,11	-368.987,81	105.488,83	110.295,62	106.315,09	109.754,75	110.155,35	110.107,56	110.225,12	334.367,08

Hipótese II - Taxa Atualização Babra		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa de Atualização		1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Cash-flow de Exploração atualizado		0,00	33.172,58	85.740,32	109.325,96	106.062,50	104.887,58	109.898,08	102.820,88	101.802,85	94.476,09
Cash-flow Líquido atualizado		-156.055,11	-365.334,46	103.410,29	107.051,84	102.166,72	104.427,88	103.771,32	102.699,31	101.791,05	100.794,90
Cash-flow de Investimento atualizado		-156.055,11	-521.389,57	-417.979,29	-310.927,44	-208.760,73	-104.332,85	-61,53	102.137,79	203.928,83	304.723,73
Valor Residual atualizado ano terminal		156.055,11	418.507,04	17.669,96	2.274,10	3.895,86	459,70	77,76	121,57	11,80	0,00
Cash-flow Líquido atualizado + Valor Residual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores apurados		-156.055,11	-365.334,46	103.410,29	107.051,84	102.166,72	104.427,88	103.771,32	102.699,31	101.791,05	204.948,52
Valor Atualizado Líquido (VAL) sem Valor Residual		304.723,73	-417.979,29	-310.927,44	-208.760,73	-104.332,85	-561,53	102.137,79	203.928,83	304.723,73	
VAL com Valor Residual		509.672,25									
Prazo de Recuperação (Payback) atualizado		8 anos									

Anexo 8 – Critérios de Seleção

Identificação do promotor: **SF. AB**

1. AFERIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

FATORES EM ANÁLISE	GRELHA DE PONTUAÇÃO					PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA
Viabilidade económica-financeira do projeto de investimento						$A=(a+b+c+d)$ $A= 6,25$
TIR (25% do total deste fator)	Negativo	0-10%	>10-20%	>20-30%	>30%	$a=(10*25\%)$ $a= 2,5$
	0	5	10	15	20	
VAL (25% do total deste fator)	Negativo	0-100.000€	> 100.000€-500.000€	> 500.000€-1.000.000€	>1.000.000€	$b=(10*25\%)$ $b=2,5$
	0	5	10	15	20	
Pay back period (25% do total deste fator)	>7 anos	6 ou 7 anos	5 ou 6 anos	3 ou 4 anos	1 ou 2 anos	$c=(10*25\%)$ $c=0$
	0	5	10	15	20	
RLE no ano n+5 (25% do total deste fator)	Negativo	0-100.000€	> 100.000€-500.000€	> 500.000€-1.000.000€	>1.000.000€	$d=(5*25\%)$ $d=1,25$
	0	5	10	15	20	
Inovação	Não apresenta fatores de inovação	Apresenta elementos de inovação de equipamentos utilizados na atividade	Apresenta elementos de inovação nos equipamentos utilizados na atividade e nos processos produtivos	Apresenta elementos de inovação nos equipamentos utilizados na atividade, nos processos produtivos e nos produtos/serviços comercializados		
	5	10	15	20	---	
Recursos Humanos	Decréscimo de + de 5 postos de trabalho	Decréscimo de 1 a 5 postos de trabalho	Manutenção dos postos de trabalho	Aumento de entre 1 a 5 postos de trabalho	Aumento de mais de 5 postos de trabalho	
	0	5	10	15	20	
Impacto ambiental da atividade	Produce resíduos não tratáveis	Produce resíduos tratáveis por empresas especializadas	Produce resíduos tratados nos sistemas de tratamento usuais	Produce resíduos que por si próprio trata	Não produce resíduos	
	0	5	10	15	20	
Contratos	Sem contratos	Com contratos com fornecedores	Com contratos com clientes	Com contratos com fornecedores e clientes		
	10	14	16	20	---	
Logradouro	Utilização com impacto ambiental muito negativo	Utilização com impacto ambiental negativo	Limpo sem uso/utilização sem impacto ambiental	Utilização com impacto ambiental positivo	Utilização com impacto ambiental muito positivo	
	0	5	10	15	20	